

CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



i o r n a l d o
P S I C Ó L O G O

BELO HORIZONTE, ANO 10 • Nº 45
FEVEREIRO / MARÇO 1994

C O F
C R P . 0 4

- **Frei Beto:** "Hipocrisia é não discutir a distância entre a realidade brasileira e os preceitos éticos dos profissionais de saúde." Página 3.

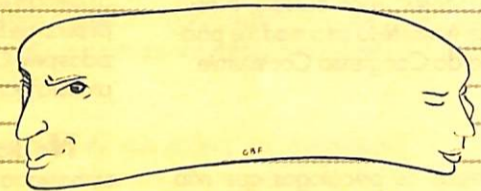


- **A medida usada nos testes psicológicos:** eis a questão. Página 4.

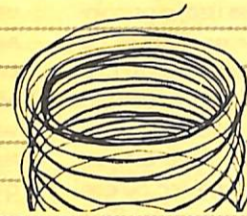


- **Portadores de doenças sexualmente transmissíveis** desafiam suposto poder e recorrem à repetição. Página 5.

- **Entrevista com Alain Badiou** provoca polêmica. Página 7.



- **Ética, multiplicidade e alternativas.** Página 9.



- **Inédito:** pesquisa revela opinião da população sobre a Psicologia e os serviços prestados pelos psicólogos. Página 11.

- **No rebelde pós-metafísico, no sábio pós-humanista ou no yuppie pós-história,** diferentes expressões da transição u-topia à u-cronia. Página 12.

- **Suplemento - Sujeito Ético**



Por uma nova história

● Processo Constituinte já está decolando em Minas e Espírito Santo. Agendados os mini-congressos preparatórios para o Congresso Nacional da Psicologia no Brasil. Em Belo Horizonte, onde os eventos serão realizados por área de atuação, já foram confirmados para 26/03 os mini-congressos da Psicologia Organizacional e da área de saúde. As datas dos eventos das áreas Clínica; Psicologia da Comunidade/Social; Formação Profissional e Interiorização ainda vão ser confirmadas.

Nas demais cidades os encontros serão distribuídos da seguinte maneira: Contagem (a confirmar); Poços de Caldas (a confirmar); Juiz de Fora (12/03); Divinópolis (12/03); Barbacena (19/03); Sete Lagoas (19/03); Montes Claros (26/03); Governador Valadares (26/03); Uberaba (09/04); Varginha (09/04); Cachoeiro do Itapemirim (a confirmar); Ipatinga (16/04); São João del Rey (a confirmar); Vitória (30/04); Uberlândia (30/04).

De cada um destes encontros participará um conselheiro do CRP-04, além de psicólogos como articuladores constituintes. Falta ainda a confirmação de algumas datas, o que pode ser feito junto à sede do CRP-04 (261.1146) ou aos Escritórios Setoriais e articuladores. Faça contato. Nosso interesse é mantê-lo informado e participando do Congresso Constituinte.

Mesmo os psicólogos que não estejam exercendo a profissão continuam a pagar anuidade ao CRP-04. Só não há esta obrigatoriedade em caso de cancelamento. Para isso, o psicólogo deve comparecer ao CRP-04 ou enviar uma carta à sede solicitando o cancelamento e devolvendo a carteira profissional. Mas a solicitação só é válida para aqueles que não estejam respondendo a processo ético ou que estejam quites com a autarquia. Para não pagar a anuidade referente a 1994, o psicólogo deve encaminhar seu pedido de cancelamento até 31 de março próximo. Já a reativação pode ocorrer em qualquer momento, com o pagamento da anuidade proporcional ao mês de retorno.

● Conselho Federal de Psicologia obteve uma importante conquista para nossa profissão. Será instalada a Comissão de Especialistas de Ensino Superior para a área de Psicologia na Secretaria de Educação Superior para a área de Psicologia SESU/MEC. Atendendo aos critérios de representação geográfica, de reconhecimento de trabalhos nas graduações e produções que abordam a questão de formação do psicólogo, foram indicados para integrar a Comissão os profissionais Olavo Galvão (Norte); Antônio Marcos Chaves (Nordeste); Mariza Borges (Sul); José Carlos Zaneli (Sudeste) e Ivone Khoury pelo CFP. Agora também a Psicologia está representada na SESU/NEC.

● Concursos públicos realizados em diversas cidades de Minas têm recorrido à publicações do CRP-04 como referências bibliográficas. Recentemente a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte indicou a entrevista "A respeito das verdades", com o filósofo francês Alain Badiou, publicada na edição de setembro/outubro do *Jornal do Psicólogo*, além de dois artigos do livro "Psicologia - Possíveis Olhares Outros Fazeres": "O não lugar do psicólogo", de Mônica de Almeida Belisário e "Possibilidades e limites do psicólogo educacional", assinado por Maria Helena Camargos Moreira. Estes e os demais textos indicados pelo concurso público de Belo Horizonte foram reproduzidos pelo CRP-04 para atender à enorme procura por parte dos interessados.

No dia 30 de janeiro deste ano, a embaixada do Chile foi surpreendida por uma manifestação comandada pelos conselheiros do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que participavam de uma reunião Plenária em Brasília. O motivo de toda a movimentação é a prisão da psicóloga brasileira Tânia Maria Cordeiro Vaz, acusada pelo governo chileno de participar de atividades terroristas. Nada foi provado contra ela, que agora sofre represálias por ter denunciado torturas. A manifestação de repúdio não parou por aí. Além da repercussão em jornais de circulação nacional, CFP inicia campanha junto aos psicólogos, para que escrevam para a embaixada e pressionem pela libertação da psicóloga brasileira. A campanha já começou. Junte-se a nós.

Apesar dos previsíveis e estratosféricos níveis de miséria, violência e inflação, não se pode dizer que o Brasil continua o mesmo. Depois de banir um presidente, pressionar o Congresso Nacional para lavar roupa suja em sua própria casa, e das campanhas de mobilização nacional, a sociedade civil enfim é reconhecida em sua força.

Ainda que de modo intuitivo ou suggestionados pela mídia, nós brasileiros já começamos a transitar de maneira mais próxima do tão propalado conceito de ética. De forma controversa, a ética tem sido associada a ações policiais ou mesmo paliativas, como a punição de dúzia e meia de corruptos, mas o clima é também de investigação, de revisão e de compreensão destes fenômenos em que estamos imersos. É um começo mas não é o bastante. Sabemos disso.

O próximo passo parece já estar sendo dado com o apoio de entidades representativas da sociedade civil, que se propõem a ampliar, debater e contextualizar a noção até então rasteira do significado de ética. Um bom exemplo é a "1ª Conferência Mineira de Ética e Saúde" que acontece em maio próximo em Belo Horizonte. Promovida pelos Conselhos Regionais que congregam profissionais da área de saúde, dentre eles o CRP-04, coloca em discussão questões que dizem respeito à prática destes profissionais, debate o público e o privado e também a comunicação entre profissionais e destes com a população.

A inclusão do tema comunicação não deixa de ser um ato de despojamento e coragem, na medida em que põe em cheque estruturas já cristalizadas como a do monopólio do saber. Na tentativa de subverter este vício histórico, além da participação neste importante evento, buscamos também a opinião de nossa sociedade sobre a Psicologia e os serviços prestados pelos psicólogos de Minas e Espírito Santo.

Através do olhar da população, o CRP-04 amplia questões e respostas com o sentido de redimensionar a Psicologia no Brasil, o exercício profissional e, como decorrência, as próprias entidades representativas dos psicólogos. Dentro deste critério investigativo, encomendamos uma pesquisa em nossa região (veja resultado parcial na página 11) que trouxe subsídios valiosos que comporão o temário de nossos Congressos Regional e Nacional Constituinte da Psicologia. Ocorrendo o primeiro, em maio, em Belo Horizonte e o Nacional em agosto, em São Paulo.

Tais eventos - ainda distantes da maioria dos psicólogos, mas já próximos da demanda que recai sobre nós - pode representar um novo lugar para a Psicologia e psicólogos, num país que insiste em escrever um capítulo mais digno para sua história.

E com essa nova perspectiva que o CRP-04 realiza micro-congressos preparatórios, resguardando a possibilidade de representação das peculiaridades das micro-regiões de Minas Gerais e Espírito Santo no Congresso Nacional, tendo a ética como o fio que perpassa e alinha as discussões pertinentes à Psicologia no Brasil.

Dentro deste contexto sócio-histórico-cultural nos constituímos sujeitos e neste mesmo conceito é que se dá, através de nossas intervenções, a dimensão ética e política de nossa vida profissional.

Será vã nossa tentativa de aqui buscar um novo Ethos para a Psicologia e psicólogos? Ao final, que cidadãos seremos estes?

7º Plenário - Gestão Psicodiversidade

*O *Jornal do Psicólogo*, embora dirigido, enfrenta a segmentação de seu público-alvo e suas diferentes reações. A cada edição, somos levados a refletir: como deve ser o JP? Qual a linha editorial capaz de contemplar a diversidade de interesses de seus leitores? Entre tantas questões, uma certeza: é impossível oferecer uma publicação que seja inteiramente do agrado de todos. A satisfação da maioria já é suficiente.*

Priorizamos abordagens mais amplas que tenham maior penetração entre os psicólogos, além de contemplarmos, alternadamente, áreas de atuação específicas, que têm um público leitor menos representativo.

*Dentro desta perspectiva de priorizar o macro em detrimento do micro, buscamos, especialmente no suplemento *Escuta*, contribuições de outros campos do saber, tais como a sociologia, antropologia, teologia, psicanálise, filosofia. Tentamos, assim, oferecer novas referências para os profissionais de Psicologia.*

Nossa maior pretensão é apresentar um jornal instigante, informativo, dinâmico. Não pretendemos agradar a todos. E mesmo que pretendêssemos, falharíamos em nosso intento.

Por isso acolhemos críticas ao JP e entendemos que também elas nos indicam que nosso objetivo está sendo atingido: provocamos reações, e essa mobilidade nos interessa. Nos faz sair da apatia.

Hoje profissionais reclamam o não recebimento do JP, enviam textos e artigos contrários à opiniões e idéias veiculadas no jornal. Nos tornamos fonte bibliográfica de concursos públicos, prova contundente de que temos avançado na abordagem de nossas questões.

Podemos dizer que o JP traduz, de forma inexorável, a nossa Psicodiversidade.

Ricardo F. Moretzsohn
Coordenador da Câmara de Comunicação Social

Frei Betto, expoente da Teologia da Libertação, autor de livros contundentes sobre a realidade brasileira, é um dos convidados da I Conferência Mineira de Ética e Saúde que acontece em Belo Horizonte de 12 a 14 de maio deste ano. No evento, que é uma promoção dos Conselhos Regionais da área de saúde, ele vai abordar o tema "Ética e Comunicação", enfocando questões como a socialização da informação, relações interpessoais e marketing. Nesta entrevista, frei Betto faz uma prévia de sua apresentação. Confira.



- Como você pretende abordar o tema "Ética na Informação" durante a I Conferência de Ética e Saúde?
- A proposta é trabalhar a questão da socialização da informação na saúde. Esta área tem que ser cada vez mais transparente. Um exemplo é a medicina, que em países neoliberais, pelo tipo de concepção que predomina, vem a ser uma atividade quase esotérica, como bruxos e feiticeiros que dominam ou que se crêem dominando o poder da cura e que, portanto, devem falar numa linguagem inacessível aos leigos. E o que é pior: devem transformar sua ciência e sua sabedoria num fator de concorrência com aqueles que adotam metodologias diferentes.
- A dificuldade dos profissionais de saúde de lidar com a informação não seria, na verdade, aquela repetição histórica de que "quem detém o saber detém o poder"?
- Toda a nossa formação está caucada nesta ótica cartesiana - newtoniana, destituída de uma filosofia capaz de fazer entender o significado da outra pessoa. Fazendo um contraponto: na antiguidade, na China, os médicos eram pagos enquanto o cliente tivesse saúde. Ele deixava de pagar o médico quando ficava doente. Guardadas as devidas proporções, isso foi introduzido em Cuba com a experiência dos médicos de família. Cada bairro ou cada circunscrição de bairros tem consultório de clínicos gerais que são também residências. Eles acompanham a saúde das pessoas desde que nascem. A função do médico de família é assegurar o máximo de sanidade para as pessoas, que são seus vizinhos, além de evitar a busca permanente de hospitais. Só por recomendação dele a pessoa pode ser internada.

- Mas em Cuba há um investimento na área de saúde que no Brasil não tem.
- É preciso, em primeiro lugar, abrir o debate entre os profissionais da área da saúde sobre novas abordagens, metodologias no tratamento. Ou seja, uma nova visão, humanista. O que o doente significa na situação do Brasil? Ele é vítima da doença ou é vítima do subdesenvolvimento? O doente permanece doente porque não segue as recomendações médicas ou porque não tem um salário suficiente para ter uma vida digna? O doente é alguém que adquire doenças porque é pobre ou porque não tem acesso ao meio de cultura que lhe permita entender melhor a sua postura na vida? Vou citar o fenômeno que eu chamo de "hipocondria da miséria". Este fenômeno favorece muitas igrejas, seitas pentecostais nas periferias etc. Esse tipo de atividade só é favorecido pela incultura propiciada pela miséria existente no Brasil. Em países desenvolvidos a proliferação de seitas não é como no Brasil, que se manifesta como fenômeno sociológico.
- Como fazer para que a informação chegue à população carente?
- Acompanhei trabalhos em postos de saúde nas periferias de algumas cidades. Vou contar um caso acontecido em Vitória. Eram médicos que trabalhavam com mulheres do primeiro parto que viviam em favelas, para que pudessem lidar com seus bebês de uma maneira mais inteligente, mais proveitosa. Houve um curto-circuito porque os médicos falavam e as mulheres não entendiam. Pela minha experiência na educação popular me chamaram para fazer uma supervisão e verificar onde estava o curto-circuito. Verifiquei que o mundo mental e cultural dos profissionais de saúde nunca havia se perguntado sobre o mundo mental e cultural daquelas mulheres. Não só a linguagem falada era inacessível ao vocabulário e a lógica delas, como também os recursos pedagógicos que utilizavam nada tinham a ver com o mundo delas. Eram fotos de bebês e mulheres louras de olhos azuis, publicadas em revistas. Numa ocasião o médico explicava à mãe a importância do leite materno. Ela não conseguia entender por quê o leite era bom para as crianças já que era "curta da idéia e sem estudo" enquanto o médico era "estudado". Perguntei então se ela sabia cozinhar, se sabia preparar um frango ao molho pardo. Ela deu uma aula de culinária e eu disse a ela que seu conhecimento a salvaria se estivesse sozinha numa mata enquanto o médico talvez não sobrevivesse, já que ele não sabia cozinhar. Naquele momento ela descobriu que não existem pessoas mais cultas do que as outras: existem culturas paralelas.
- Esta linguagem inadequada ou esta postura que os profissionais de saúde têm, de modo geral, em relação à população, é fruto da falta de preparo ou preocupação, ou na verdade existe um interesse em

perpetuar este suposto domínio do saber?

- Acho as duas coisas. Existe um elitismo inconsciente impregnado num tipo de formação do profissional da saúde, um desconhecimento total do mundo popular. Até porque é cada vez menor ou quase nulo o espaço dentro das universidades para o tema da ética, e muito menos ainda para o mundo popular. É o não conhecimento do universo com o qual se vai trabalhar, das pessoas com quem vai se relacionar, qual a cultura delas, quais são seus hábitos, suas necessidades, quais as causas dessa situação em que as pessoas se encontram... Não há na formação do profissional de saúde - apesar das exceções - processo de elaboração da subjetividade do profissional de tal maneira que ele adquira valores que os façam voltar-se para o universo popular. O universo popular é tratado como bico. É bom ter um emprego público porque nem sempre o consultório dá segurança e esse emprego pode levar o profissional à periferia, mas não há o empenho e, sobretudo, uma discussão de como criar um sistema de socialização da saúde, de refazer, revolucionar o sistema de saúde do país.
- Este desconhecimento do Outro por parte do profissional de saúde poderia ser entendido também como falta de ética, já que seu exercício profissional pressupõe o contato com este Outro?
- Objetivamente, sim. Subjetivamente, não. O profissional de saúde não é o culpado. Ele é fruto de um modelo de formação que leva a isso, a essa carência de ética, a divisão de valores, a esta postura.
- A ética do profissional de saúde poderia ser considerada um pouco hipócrita, já que seus preceitos não condizem com a realidade brasileira?
- Eu diria que a hipocrisia maior está em não abrir a discussão sobre isso. Na verdade, eles são frutos de uma tradição que os precede e que os formou. Não se pode dizer que o profissional de saúde seja o culpado ou o vilão da história. Não é. O vilão é uma concepção elitista de uma sociedade desigual como a nossa em que a grande maioria é pobre e os recursos na área de saúde são de elite, caros, sofisticados e altamente comercializados. Isso precisa ser mexido dentro de uma discussão mais global, que é um novo projeto para o Brasil: o sistema único de saúde, que é uma forma de administração hospitalar completamente diferente da que está aí. Eu não tenho solução, não sou especialista, nem técnico. Apenas participo do debate ético e político destas questões como leigo, reconhecendo todas as minhas limitações. Mas eu quero participar do debate. Quero provocar. Não quero ser provocado.
- Esta socialização seria feita de que forma, concretamente?
- Seria fortalecer todo tipo de organização dos profissionais da saúde, a começar pelos sindicatos. Em segundo lugar, teria que ser pensado como estabelecer o vínculo entre profissionais de saúde organizados e setores populares. Terceiro, como repensar a questão do sistema de saúde dentro de um projeto de um novo Brasil, onde o social seja prioritário, principalmente neste ano eleitoral de reformulação completa do quadro de mandatários do país. O que o profissional tem a dizer? Qual a colaboração, por exemplo, com a eventualidade do Lula ser eleito? Para um governo, na medida do possível, popular, o que os profissionais têm a sugerir? Qual o programa para a área de saúde? O outro ponto é como criar vínculos entre experiências de saúde de outros países - capitalistas ou socialistas - que possam ser úteis a situação do Brasil. Um exemplo é o SOS Maternidade que existe na França que assiste as mulheres e trabalham com a questão do aborto. O grande problema do aborto no Brasil são as mulheres pobres que não têm a quem recorrer. Daí a morte, porque tomam chás, enfiam agulhas, e isto leva a um índice muito alto de mortalidade. Outras necessidades como o problema da saúde mental, que é muito mal trabalhado e administrado, o alcoolismo e a questão dos acidentes de trânsito também devem ser consideradas. O profissional de saúde não pode lidar como o sapateiro que fica remendando o que se quebra na rua. É necessário que haja uma política pública para evitar acidentes, doenças. A própria questão da AIDS: tem que ser muito debatida e a gente ainda tem campanhas muito tímidas. E o que é pior, nas escolas, igrejas, nos clubes, a questão não é discutida com seriedade. E é uma epidemia muito mais forte do que a gente está imaginando, do que aparece na mídia. E os profissionais de saúde sabem disso. São fatores que precisam ser socializados. Os profissionais de saúde são os principais protagonistas. Se eles não se mexerem, vai ser difícil.
- Qual a responsabilidade também dos veículos de comunicação - que são concessões do Governo - para que o Brasil seja um país saudável?
- Aí é a questão de pressão de todos os setores da sociedade. O primeiro ponto é o monopólio dos meios de comunicação. Os grandes canais de Tv, rádios e jornais estão nas mãos de não mais do que dez famílias. E por outro lado, não desempenhando um papel educativo, com raríssimas exceções como uma Tv Educativa, mas que é muito tímida, tem pouca audiência. A gente tem que mudar isso. A democratização dos meios de comunicação para o Brasil é absolutamente urgente. Se nós tivéssemos no País uma mídia voltada para questões básicas como, por exemplo, ensinar a pessoa a se alimentar, a aproveitar todo o alimento, como a casca do ovo para a calcificação das crianças, seria uma revolução. Num país tão miserável como o nosso, com 60 milhões de pessoas pobres e 32 milhões de miseráveis, isso seria, sem dúvida alguma, uma revolução.

Proliferam na mídia, especialmente em revistas femininas, testes ditos psicológicos que se propõem a traçar perfis e "desvendar" personalidades. Convidada a escrever sobre o assunto, a autora, psicóloga e professora de Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico do Departamento de Psicologia da PUC/MG, aprofunda e fundamenta a questão do uso dos testes psicológicos.

Medida psicológica: uma questão crucial

Ana Maria Sarmento S. Poolman

Introduzo essas reflexões sobre o uso dos testes psicológicos com uma questão fundamental que é anterior ao seu uso propriamente: podemos falar em medida psicológica?

O estudo da psicometria faz parte da formação profissional do psicólogo como disciplina do currículo mínimo, obrigatória. Talvez por isto, poucas vezes se vê questionada sua inclusão nos currículos dos cursos de formação profissional. Muitos profissionais, entretanto, questionam o uso dos testes e até se opõem à idéia de utilização da medida psicológica.

Alguns dos argumentos contrários ao uso dos testes são de natureza filosófica. Ressaltam a impossibilidade de expressar quantitativamente a experiência humana ou de reduzir uma visão holística do homem a uma medida. Outros são de natureza política, apontando os testes como instrumento autoritário, espelhando a ideologia das classes dominantes e usada a serviço destas. Outros, de natureza cultural, questionam as normas ou padrões adotados para analisar resultados.

Essas críticas podem ser procedentes, mas se referem, em geral, ao uso que o profissional pode fazer do teste. Não questionam, de fato, um ponto essencial: o da legitimidade da medida psicológica em si. Para fazer uma analogia: mesmo sabendo que pode haver comerciantes desonestos, que "roubem" no peso das mercadorias, ninguém questiona a balança como instrumento legítimo para detectar e expressar o peso dos objetos.

O que é medir? Lugar da medida na ciência psicológica

A Psicologia se propõe a estudar o homem na sua dimensão psicológica segundo os parâmetros da ciência.

Se isto é verdade, podemos avançar no raciocínio, afirmando que o conhecimento produzido pela Psicologia tem origem naquilo que é observável, isto é, naquilo que nossos sentidos podem captar. Seu método de estudo é a observação; não a observação casual, fortuita, mas a observação

sistemática, controlada. Como expressar suas observações? É aqui que se chega à necessidade da medida psicológica e se estabelece seu sentido dentro da Psicologia.

Medir é atribuir um número às propriedades das coisas, segundo certas regras.

Essas propriedades podem ser descritas verbalmente, é claro. Mas isto traz restrições e impõe muitas incorreções no estudo científico, pela própria subjetividade da linguagem verbal.

A alternativa então é medir, utilizar um número para descrever as características do comportamento observado.

Sentido da medida psicológica

Nesse momento nos deparamos com um problema: não é possível fazer medida direta do comportamento.

Os fenômenos que constituem o objeto da Psicologia são "internos", isto é, não são diretamente acessíveis ou observáveis.

Como estudar, então, numa abordagem científica, a criatividade, o raciocínio verbal, o pensamento, a motivação de uma pessoa? Isto só será possível se conseguirmos expressá-los em termos comportamentais.

Aí sim, poderemos estudar a criatividade de uma pessoa por aquilo que consegue construir usando determinados materiais; o raciocínio verbal pela maneira como utiliza conceitos verbais; o pensamento, pela associação de palavras ou símbolos; a motivação, pelas escolhas que faz; o raciocínio, pela conduta de resolver problemas etc.

Esta relação pode ser melhor compreendida examinando o esquema abaixo, que descreve o raciocínio exposto.

E → P → R

De acordo com este modelo, o comportamento humano (R) depen-

de de variáveis do ambiente (E) e da pessoa (P) (Kurt Lewin, 1935). O comportamento humano deve ser compreendido não só como resultante do estímulo, mas como manifestação de variáveis da pessoa. O comportamento manifesta estas variáveis

Não temos acesso direto a traços ou variáveis da pessoa, mas podemos inferir que eles existem a partir da observação sistemática das respostas das pessoas. Então, pensamento, aptidão, criatividade, motivação são variáveis intervenientes, inferidas da observação do comportamento.

É possível fazer este caminho no sentido contrário: partir da resposta, isto é, do comportamento e chegar ao traço.

R → Pessoa (Variáveis intervenientes)

Resumindo nosso raciocínio até aqui:

Se, pela observação do comportamento, é possível fazer inferências, (portanto, atingir variáveis internas, não diretamente acessíveis); se as características do comportamento observado podem ser descritas quantitativamente; então, em determinadas condições, é possível descrever, quantitativamente, variáveis internas.

A resposta ou comportamento observável, objeto da medida psicológica, funciona como sinal, como indicador de um traço ou de uma outra variável.

Trata-se portanto, de uma forma particular de medida. Não uma medida direta, mas uma medida por teoria.

A questão crucial: a teoria que dá fundamento à medida

Anastasi define o teste psicológico como "medida padronizada de uma amostra de comportamento". A sua "amostra de comportamento" é o que estamos chamando de comportamento observável.

E aqui é que se coloca o que estou chamando de questão crucial: qual é a validade desta medida? O comportamento

observável, cujas propriedades foram expressas através de um número (medida), manifesta realmente a variável interveniente a que pretende se referir?

Com que certeza podemos referir uma resposta R a um traço psicológico X? O grau de certeza que o teste mede, de fato, o que pretende medir, ou seja, sua validade, depende, em primeiro lugar, da teoria em que se baseia. Quanto mais segura a teoria que dá fundamento ao teste, mais seguros podemos estar de sua validade.

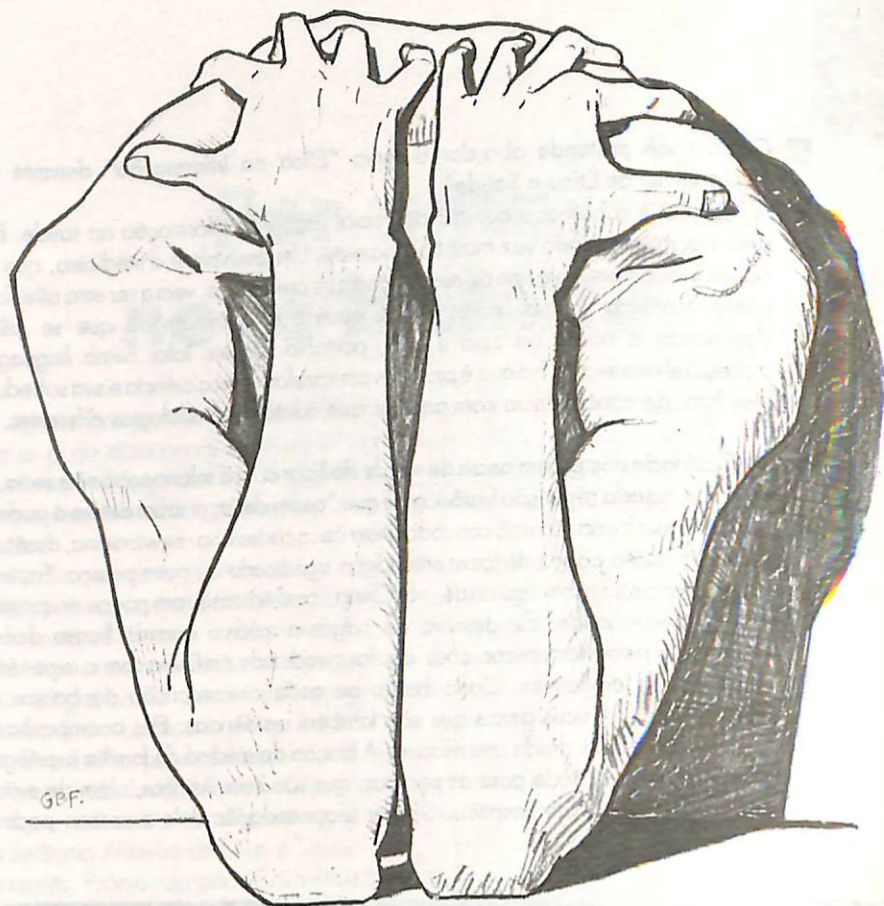
Assim, atualmente, nenhum psicólogo pensaria em examinar traços de personalidade a partir da medida das bossas ou protuberâncias do crânio, porque a Frenologia (teoria que relacionava traços de personalidade com as saliências do crânio) está completamente superada.

Por outro lado, a validade do PMK é bem aceita pelos psicólogos. A teoria motriz da consciência, que lhe serve de fundamento, continua sendo considerada válida.

Igualmente, o teste de Raven e o de Anstey não têm sua validade contestada, porquanto não se discute a utilidade da Teoria Bifatorial de Spearman, que dá a eles suporte teórico.

Outros testes psicológicos não possuem suporte teórico tão seguro como os que mencionamos acima. Nestes casos, o exame de seu manual é suficiente para evidenciar, de imediato, sua vulnerabilidade: ou o manual não faz referência à teoria em que se apóia o teste - e, neste caso, é lícito supor que não há teoria-suporte, ou se trata de teoria questionável. Estes testes devem ter seu uso questionado pelo profissional. Para estes, não há tratamento estatístico de padronização e determinação de outras características psicométricas que superem sua insuficiência básica.

Esta é, no meu entender, a questão crucial.



DST: Discurso e silêncio

Maria da Conceição C.R.M. Rodrigues

Este artigo apresenta reflexões desenvolvidas na dissertação DST: discurso e silêncio para o curso de Saúde Mental da ESMIG, a partir da experiência da autora como psicóloga do Centro de Treinamento e Referência DST/AIDS da Secretaria de Estado da Saúde.

Com base nas idéias de Foucault, analisou-se material educativo para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) nas mais diversas formas e fontes. O dito e o não dito dos discursos onde se depreende o que Foucault aponta como o dispositivo da Sexualidade. Pesquisou-se então a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos, que está sempre inscrita no jogo de poder. Poder aqui entendido como estratégias de relações de forças que sustentam tipos de saber e são sustentadas por ele.

Na experiência com palestras educativas diárias para pacientes de DST, percebi que algum grau de informação sobre as "doenças venéreas" era constante entre eles e constatei o retorno sistemático de um número significativo de pacientes com novas DST, mesmo após palestras. Entre pessoas contaminadas pelo HIV, não raro deparamos com relatos de conhecimentos prévios sobre modos de transmissão do vírus. Não deixa de ser inquietante e instigante tais fatos. Pessoas repetindo doenças, como repetições de condutas sabidamente de risco para a AIDS. Ainda mais, "explicações" pelos técnicos e manuais que proliferam, repetitivos em seu maniqueísmo, na omissão de informações e/ou redundância de desinformações. Eis o quadro onde as DST/AIDS estão inscritas.

No quadro abaixo temos um exemplo fulgurante da desinformação, que ainda se destina apenas ao "honesto" já que interdita o coito com os grupos citados.

Uma pergunta geral se impôs: por que tantas repetições?

Percebe-se a cristalização das DST/AIDS como entidade que tem vida própria com o poder de fabricar atitudes: "é difícil determinar quando a promiscuidade, a prostituição por excelência, pois descaracteriza o amor, passou a ser estigmatizante. Seguramente, foram as DST que fizeram nascer o estigma", nos mostrará H. Abraão. Cria-se em torno delas um "frisson" cuja importância é seu ritual de contagiosidade, justificando o inquérito de esquadramento minucioso de atos (questionários, fichas) retomando o sacramento da confissão. Desvela-se contudo, um duplo sentido: há, por um lado, um prazer de exercer o poder que questiona e fiscaliza e, por outro, o prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder. O confessor (profissional) terá prazer em ouvir o "pecado", de ouvir do outro a verdade sobre o sexo. Ao pecador (paciente) o recurso da submissão na esperança de ser absolvido ou o retorno novamente doente como meio de dizer não à arrogância com que são tratados. Sustentando essa prática, a exortação às atitudes não preconceituosas dos profissionais (mesmo que este ser humano seja um portador do HIV-Min da Saúde) como uma estratégia de "facilitar" para essa pessoa o falar sobre o sexo. Essa entidade construída pelo dispositivo da sexualidade, fonte de verdade, formador de subjetividade: eu sou aquilo que sou na cama.

Tais discursos são fundamentados pela "hipótese repressiva" a partir do capitalismo e sua "desrepressão" nos anos 60 e desembocam na idéia de peste gay, previsível pela "libertinagem" atual. Ao contrário, desde sempre o sexo foi objeto de leis, ora incitado a se esconder ora a se confessar. Incitamento que não visa proibir, dispositivos vão construindo a sexualidade "normal" e "anormal", sempre estimulando seja pelo discurso ou pelo silêncio. Nesta perspectiva, podemos analisar o sexo não em termos de lei ou repressão, mas em termos de poder. Poder que estabelece com o sexo não uma relação negativa, do interdito apenas, mas algo essencialmente múltiplo, móvel e que tem seus pontos de fuga. Produções discursivas (que organizam silêncio), de poder (que também interdita), de saber (que às vezes faz circular erros sistemáticos), repercutem no bio-poder e a forma como engendra regras e condutas, datadas pelo saber da época (ao anteriormente "perigoso" onanismo, hoje temos a masturbação mútua como prescrição médica).

Descrevo no movimento das produções discursivas em torno das DST/AIDS uma "falação" inédita sobre o sexo, exemplificada pelas infidáveis "palestras" onde se repete à exaustão o ritual de contagiosidade. Prazer de falar e ouvir se enlaça ao poder de transmitir um saber, às vezes com erros sistemáticos. É possível ver nessa vontade de prevenir mais uma vontade de persistir: "o necessário fracasso, a extrema obstinação em uma tarefa tão inútil (passar tais informações para as pessoas) leva a pensar que se deseja que o fato (doença) persista e prolifere até os limites do visível e do invisível, ao invés de desaparecer para sempre" Daí a repetição...?

Todo um discurso classificatório, prescritivo - cuja máxima é a interdição do coito - aprisiona e silencia o doente. Esquadrihado por uma prática confessional, já se sabe o que ele irá dizer, sua falta já está estabelecida. Neste contexto, se ele aparece é silenciado por uma rede de saberes em cujas malhas ele terá que entrar. Isso se justifica porque o sujeito que porta a doença é produzido como ignorante de seu próprio mal e a ordem médica

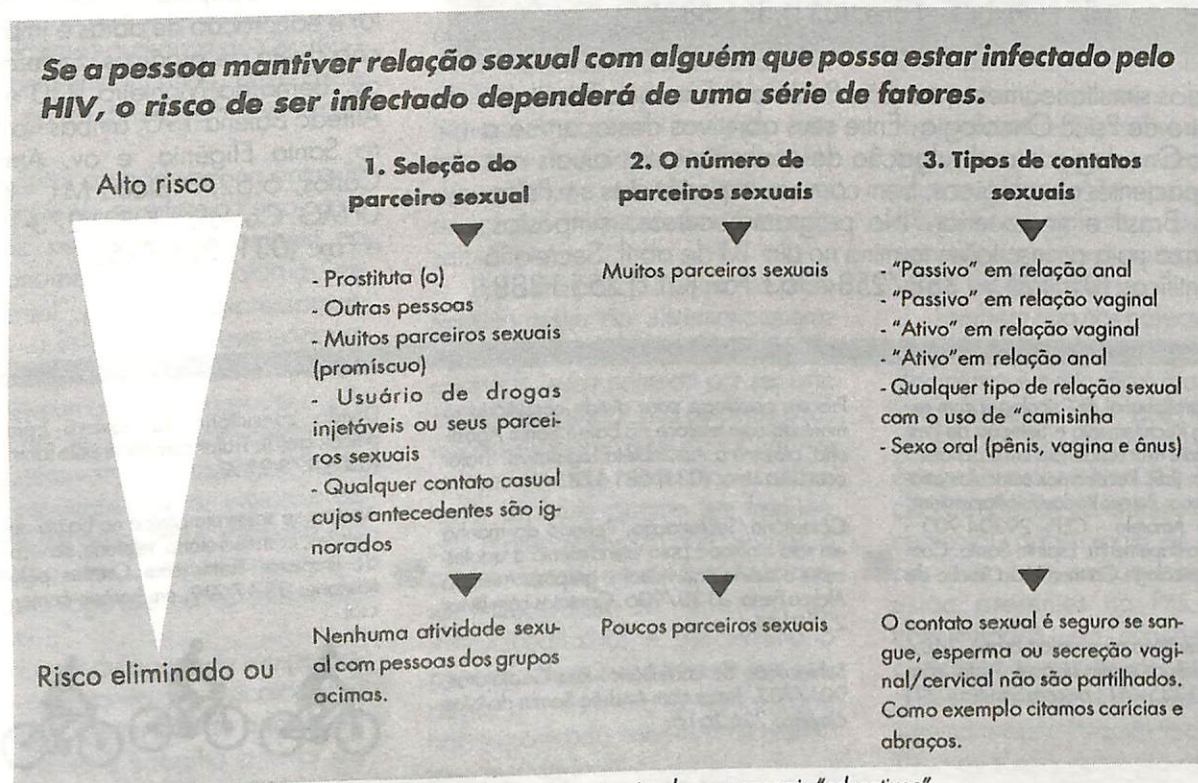
se impõe mais uma vez.

Depreende-se a necessidade de algumas subversões, como por exemplo, perceber a pessoa e a doença pelo particular. As subjetividades produzidas pelo dispositivo da sexualidade (homossexual, bissexual...) tornam-se insuficientes para abordar a AIDS e seus efeitos. Ou perceber, em certos comportamentos repetitivos, os furos da malha do poder que o sujeito aponta, com seu protesto, sua repetição, até mesmo contra o seu próprio bem, ainda que buscando uma marca, uma identidade.

Concluo, entendendo a sexualidade como o "laço orgânico" da modernidade, servindo de referência identificatória. Tal como outrora foi Deus e a família, o sexo é hoje produtor de subjetividade, de verdade: eu sou aquilo que eu sou na cama e essa busca - bem vale a morte. A ponto de uma intervenção possível durante um atendimento, frente a uma "confissão" de algo elevado a potência do segredo, e que a pessoa emite como resuminho sua existência: sou homossexual ou tenho AIDS, indagar - e o que mais?

Neste contexto, onde subjetividades são produzidas pelo poder, transvestido de discurso liberalizante e prescrições assépticas, mais que dizer de si, os pontos de fuga mais intensos podem ser a recusa do que se é. Daí, como nos ensina Foucault, o nosso momento talvez exija muito mais o trabalho de recusar o que somos, abrindo espaço para que o sujeito apareça.

Se a pessoa mantiver relação sexual com alguém que possa estar infectado pelo HIV, o risco de ser infectado dependerá de uma série de fatores.



Modelo da desinformação patrocinada por manuais "educativos"

A dissertação "DST: discurso e silêncio" desenvolvida pela psicóloga Maria da Conceição C.R.M. Rodrigues para a Escola de Saúde de Minas Gerais (ESMIG) está a disposição dos interessados. O CRP04 dispõe de cópia para pesquisa ou reprodução. Contatos com a autora: (031) 296-8173 ou 223-1859.

UNIVERSIDADE



Descontos variados

Ampliados os convênios firmados pela gestão PSICODIVERSIDADE do CRP-04 para atender aos psicólogos inscritos. Basta apresentar a carteira profissional para ter direito a descontos variados em consultórios odontológicos, drogarias, roupas, papelaria e aulas de francês.

- O consultório odontológico do Dr. Maurício Cardenal oferece os seguintes serviços: tratamento odontológico nas áreas de prótese, endodontia e dentística; desconto de 50% da tabela da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e comprovação por escrito do desconto oferecido e do material usado nos atendimentos. Seu consultório fica na rua Outono, 351/13, Carmo Sion. Tel.: (031) 227-1094.

- O outro convênio odontológico é com a Dra. Maria de Freitas - rua Tomé de Souza, 860/801. Savassi. Os descontos variam de acordo com o serviço prestado. Tel.: (031) 261-5358.

- Na drogaria Vacha - rua Santa Cruz, 635, Gutierrez, o desconto é de 15%. Tel.: (031) 371-1680. Para os psicólogos inscritos no CRP-04 também será concedido desconto especial em aulas particulares de francês e tradução de textos de Psicologia. É na rua Goitacazes, 211/603, com Rogério. Tel.: (031) 224-1524.

- E continua em vigor convênio com a Cooperativa Editora e de Cultura Médica Ltda. São três lojas que vendem livros nacionais e importados, roupas, calçados e acessórios, além de papelaria, material escolar e editoração de obras e importação direta de produtos. Endereços: av. Bernardo Monteiro 930 e av. Alfredo Balena 190, ambas no bairro Santa Efigênia, e av. Antônio Carlos, 6.627 - Bloco M1 - ICB/UFMG. Contatos: (031) 273-1955 e Fax: (031) 226-7955.

Acontece no período de 12 a 14 de maio, em Belo Horizonte, a I Conferência Mineira de Ética e Saúde (Icomes). O evento, uma promoção conjunta de onze Conselhos Regionais de Fiscalização das profissões da área de saúde, discutirá temas relevantes para as categorias, tais como: "Ética e Conhecimento - Evolução do pensamento ético; Ética como princípio de vida" (psicólogo Carlos Roberto Darwin); "Ética e Comunicação - Socialização da informação; Relações interpessoais; Marketing" (Frei Betto); "Ética e Compromisso Social - As políticas de saúde: o público e o privado" (Célio de Castro, vice-prefeito de Belo Horizonte e secretário municipal de Ação Social); "Ética e Exercício Profissional-Formação Profissional; Práticas alternativas" (psicólogo Luiz Cláudio de Figueiredo). Maiores informações: CRP-04, com Heloísa Amaral - Tel.: (031) 261-1146.

No dia 26 de março o CRP-04 promove o "Encontro Mineiro de Psicologia Organizacional", que vai abordar os seguintes temas: "A expectativa do empresário frente ao psicólogo organizacional"; "O poder e a remuneração do psicólogo de RH". A elaboração destas questões vai subsidiar a revisão da prática profissional, que pode ocorrer no Congresso Constituinte. Para debater o assunto serão convidados empresários mineiros, representante de universidade e um profissional de Psicologia. Local ainda a ser confirmado. Informações no CRP-04 com Nilvana (031) 261-1146.

Será realizado a partir de março, em Vitória, o Curso de Formação em Psicoterapia Corporal com duração de três anos e encontros mensais. Promoção: Agora - Avenida César Helau 931/1601 - 29052-230 - Vitória, ES. Informações com Dolores (027) 325-3098.

"O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade". Este é o tema do XVII International School Psychology Colloquium e II Congresso Nacional de Psicologia Escolar que acontece em Campinas no período de 24 a 28 de julho de 1994. Informações. Secretaria do Congresso - CEAP - PUCCAMP - Rodovia D. Pedro I, KM 136 - ZIP/CODE - 13020-904 - Campinas SP. Fone: (0192) 52.0478 e Fax (0192) 55.1970.

"Psicose em Freud". Este é o curso que a psicóloga Ana Heloísa Senra Cheib estará realizando a partir de 11 de março na entidade cultural Comuna S.A. A proposta é de uma introdução à Psicanálise pelo viés da construção do conceito de Psicose por Freud e suas contribuições para a clínica particular e em instituições psiquiátricas ou privadas. Será realizado toda sexta-feira, de 18h30m às 20h. Horas/aula: 36 (4 meses). Aula inaugural em 04 de março. Vagas limitadas a 15 alunos. Informações: 227-8799 e 335-8860.

Pós-graduação Cenex/Fafi-BH com início em março de 1994. "Análise de Sistemas XII": Dirigido a graduados em cursos diversos, será realizado de março a dezembro, às terças, quartas e quintas, de 19 às 23h. Coordenação: Marcelo Vieira Silva, mestre em Computação Gráfica - Unicamp. "Especialização em Pesquisa e Docência do Ensino Superior": sob coordenação de Terezinha Rodrigues de Oliveira, mestre em Educação pela UFRJ, é dirigido a professores e demais graduados interessados na área. Acontece de março a dezembro, às terças, quartas e quintas, de 19h às 23h ou às sextas de 19 às 23h e aos sábados, de 8h às 12h. "Psicopedagogia V": De março de 94 a março de 95, o curso será ministrado por Maria da Consolação Azevedo Oliveira, Mestre em Psicologia Escolar EGF, às terças, quartas e quintas, de 19h às 23h ou as sextas, de 19 às 23 e aos sábados de 8h às 12h. É dirigido a profissionais das áreas de Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia e áreas afins. Informações: Av. Antônio Carlos 521/210, Lagoinha, em Belo Horizonte - CEP: 31110-010. Fones: (031) 421-1200 e 421-1352.

Curso de Psicomotricidade (incluindo Psicomotricidade relacional). Dirigido a profissionais e estudantes de Psicologia, abrange a prática e a teoria. Carga horária de 40 horas, com certificado. O curso está previsto para março, em duas turmas. Uma terá início em 01 de março e acontecerá às terças, de 14 às 16h. A segunda turma terá aulas às quintas, de 19 às 21 horas com início em 03 de março. Informações e inscrições: rua Bernardo Guimarães, 2598, em Belo Horizonte. Fone: (031) 335-6833.

De 27 de abril a 1º de maio serão realizados simultaneamente em São Paulo o III Encontro Brasileiro de Psico-Oncologia e o I Congresso Brasileiro de Psico-Oncologia. Entre seus objetivos destacam-se a formação da Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia e a divulgação de conhecimentos atuais nas áreas que envolvem a qualidade de vida de pacientes oncológicos, bem como as experiências em Psico-Oncologia que vêm sendo realizadas no Brasil e no exterior. No programa, cursos, simpósios, workshops, mesas-redondas e relatos. O prazo para as inscrições termina no dia 10 de abril. Secretaria do evento: Memmon Edições e Promoções Científicas: (011) 255-1388/258-7363. Fax: (011) 255-1388.

AGENDA

CLASSIFICADOS

● *Jornal do Psicólogo* está reservando um espaço para você, psicólogo inscrito no CRP-04, anunciar gratuitamente oferta de consultórios, sublocação etc, exceto para divulgação de seu trabalho. Para incluir anúncio nesta coluna basta enviar um texto de duas linhas datilografadas de 72 toques ao CRP-04. Este espaço está aberto a todos os profissionais de Minas e do Espírito Santo.

Recrutamos profissional de Psicologia com experiência em Recrutamento e Seleção de Pessoal. Importante fixar residência em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Recebemos currículos através do endereço: Parque Rodoviário Itapemirim, 173, bairro Amarelo - CEP: 29304-900 - Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo. Contato com a psicóloga Carmen Lúcia Rocha de Jesus.

Divide-se consultório na avenida Brasil, 248/902, com telefone e sem aluguel. Tratar com Fabiola (031) 335-7411 ou com Sandra (031) 221-0259.

Procuro psicólogo para dividir consultório já montado com telefone no bairro Santo Agostinho, próximo a Assembleia Legislativa. Tratar com Lídia Lima: (031) 681-1785.

Consultório/Sublocação. Período da manhã em sala montada para atendimento a adolescente e adulto (individual e grupos). Avenida Afonso Pena, 3130/906. Contatos com Lívia: 225-9144

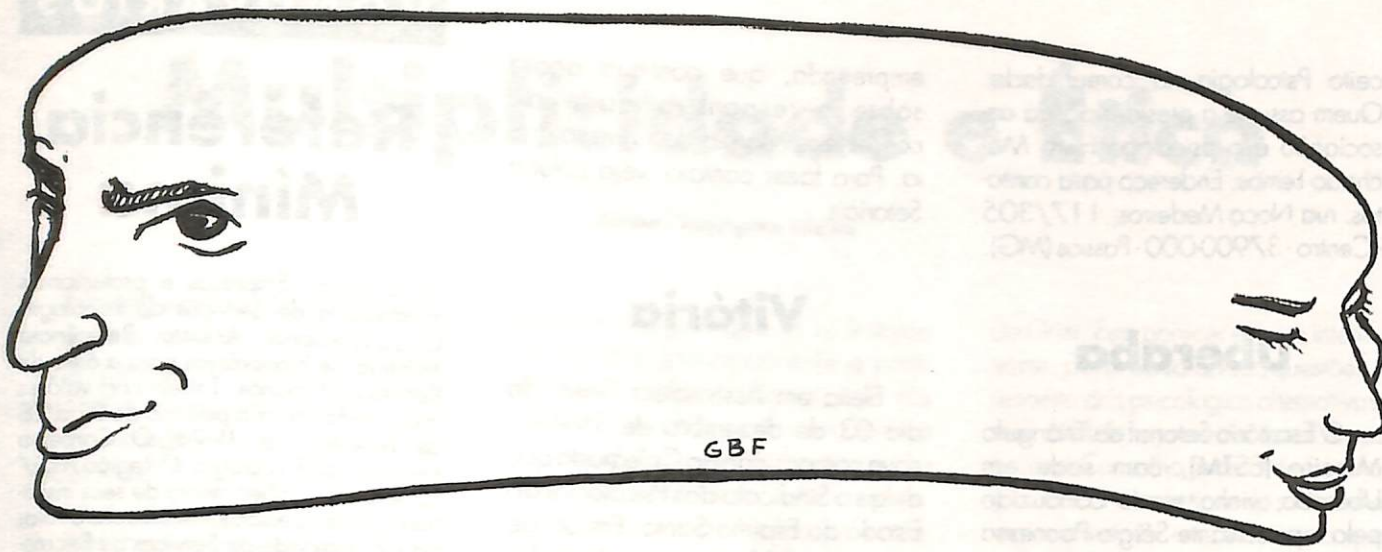
Sublocação de consultório. Rua Guajajaras, 901/703. Tratar com Andréa Souza do Nascimento: 226-2616.

Divido consultório na Savassi com psicólogo(a). Tratar com Lúcia pelo fone: (031) 473-2252.

Alugam-se salas em clínica no bairro de Lourdes, com secretária, telefone, serviço de limpeza. Tratar com Orestes pelo telefone: 337-7699, em horário comercial.



O autor deste artigo é psicólogo. Ele comenta entrevista publicada no *Journal do Psicólogo* nº 43, da qual participou a psicóloga e psicanalista Kátia Botelho de Carvalho, integrante da Câmara de Ética do CRP-04.



Comentando a entrevista de Alain Badiou

Roberto Ernesto Schmidlin

No penúltimo número desse periódico tivemos oportunidade de entrar em contato com as idéias do filósofo francês Alain Badiou a respeito de Psicanálise e Psicologia, as quais se revelaram muito peculiares e algo surpreendentes, pelo menos ao nosso olhar nacional. É justamente devido ao perigo constante do colonialismo cultural que sofremos que nos animamos a comentá-la aqui, no sentido de buscar discriminar o que se aplica ou não à nossa realidade sócio-acadêmico-profissional.

Pois adiantemos: parece-nos que aquele pensador fala de uma situação muito diferente da nossa. A sua Psicologia não é a nossa, ou então ele considera Psicanálise muita coisa que entre nós não o é - e também para os psicanalistas que vivem em nosso meio. Esse é o caso de grande parte da Psicologia clínica praticada aqui - a exceção da modificação de comportamento e algumas outras práticas. Se não se trata dessa hipótese, teríamos que dizer que Badiou, ou comete uma injustiça com a Psicologia, ou a ignora em sua maior parte.

De fato, a cada vez, na entrevista, em que ele se refere à Psicologia, nos faz pensar exclusivamente no comportamento, na Psicologia "experimental", positivista. Expressamente: "... a Psicologia esteve encerrada no Ideal da Ciência e quis se constituir numa disciplina positiva..."; "... não se pode considerar ao mesmo tempo que a investigação do que é um sujeito, pelos métodos de Freud e Lacan e pelos métodos da Psicologia do Comportamento..."; "... psicólogo de estrita formação objetiva...".

O divisor de águas de seu pensamento a respeito de Psicologia e Psicanálise é sem dúvida a idéia de que a primeira trabalha a favor da adaptação social, ao contrário da

segunda. Ora, tal consideração não pode se aplicar à Psicologia clínica praticada em nosso meio, e mesmo à muitas outras Psicologias não clínicas. É uma concepção retrógrada e parcial, talvez adequada a uma Psicologia dos anos 30 e 40... Mas a partir das influências de humanistas, existencialistas e neopsicanalistas nos anos 40, 50 e 60, essa situação muda radicalmente.

Como se poderia classificar dessa forma uma Psicologia reichiana, uma psicoterapia - e também uma teoria - Gestalt, o culturalismo de um Fromm ou de uma Karen Horney, ou mesmo a teoria de Rogers, a qual afirma fundamentalmente, e o faz contra a teoria do ajustamento social, a busca de um ajustamento do indivíduo a si mesmo?

Mesmo no que se refere à Psicologia empresarial e à Psicologia escolar, seria incorreto afirmar que estas buscam, exclusivamente, ou talvez mesmo especialmente, o ajustamento do indivíduo à sociedade e às instituições, pois com igual frequência essa Psicologia tem apontado a necessidade da mudança social e institucional para o bem-estar individual e geral. Isso para não falarmos na Psicologia Social. Badiou colocaria a Análise Institucional no rol das "técnicas de adaptação social"?

Por outro lado, a Psicanálise pode ser dita assim tão sistematicamente revolucionária? Parece-me que, ao contrário, essa começa por ser uma prática burguesa: nos arranjos ditos necessários para o seu funcionamento - um elevado número de sessões, tanto absoluto quanto em frequência, o preço elevado das mesmas, o caráter sempre privado do tratamento (fracassaram as tentativas de institucionalizá-lo) e até mesmo o princípio de que o paciente tem que pagar o tratamento de seu próprio bolso (podendo entretanto o dinheiro provir da família).

Em segundo lugar, não se pode dizer absolutamente que a Psicanálise não esteja comprometida, em sua prática, em sua condução mesma, com a adaptação do indivíduo à sociedade. Não falaremos de práticas americanas, mas especificamente da lacaniana: pois o que resulta de uma prática de desconstrução do sujeito quando exercida literal e rigorosamente, senão o conformismo social e a adaptação a uma sociedade despersonalizante, anonimante e desintegradora - a própria sociedade capitalista e consumista? Poder-se-à pretender que sobre algum desejo ao sujeito finalmente desconstruído - uma vez que o desejo é ele mesmo construção social - ou dever-se-à esperar apenas que este subsista na absoluta incerteza de si?

A distinção feita por Badiou entre Psicologia e Psicanálise se desdobra no plano ético; a primeira pratica a "ética do bem" (social) ou da normatividade, enquanto a segunda estaria comprometida com a "ética das verdades". Pelos motivos acima expostos recusaremos essa divisão, e nos parece que, num outro plano, precisaríamos reconhecer que Psicologia clínica e Psicanálise compartilham uma ética comum: ambas buscam a liberação⁽¹⁾ do paciente e o alívio do seu sofrimento psíquico e somente em nome disso se justifica a "ética da verdade".

Também não nos parece tão clara a diferenciação feita entre as duas disciplinas em relação à sua história. Pois sabemos bem que Freud se utilizou da Psicologia científica da época: o associacionismo (associação de idéias; transferência, deslocamento), a Psicologia de Herbart; por outro, as paixões, os afetos, estão presentes na Psicanálise, transmutados, em conceitos com conotação naturalista como as pulsões (Triebe), assim como estavam na própria Psiquiatria do século XIX, a qual se constituiu como técnica

de controle dos mesmos (veja-se Joel Birman, "A Psiquiatria como Discurso de Moralidade").

Um outro ponto ainda: "Lacan foi aquele que restituiu à Psicanálise uma autonomia fundamental em relação ao campo da Psicologia... reconstituiu a Psicanálise como clínica e como teoria, tendo suas orientações próprias e totalmente independentes da Psicologia". Mas o que Lacan fez, distanciou em muitos aspectos a sua Psicanálise da freudiana a tal ponto, que ele mesmo foi expulso da Sociedade Francesa de Psicanálise (e não da norte-americana).

Sua influência é fortemente marcada por uma "des-subjetivação" do sujeito, uma "despersonalização" do mesmo, que em muito se aproxima de certa visão da Psicologia mecanicista (justamente aquela da qual Badiou mais quer distinguir a Psicanálise), acentuando o caráter do inconsciente como causa (contra a interpretação do mesmo com dimensão de ser à la Merleau-Ponty) e na qual os "significantes" assumem o papel dessas causas exteriores ao sujeito, funcionando à revelia dele (não queremos, com isso somente, contestar essa possibilidade). O fato de que tais significantes possam ser reincluídos no discurso do paciente através da interpretação não altera o fato de que, enquanto não interpretados, atuam como causas.

Haveria muitos outros pontos a comentar na entrevista de Badiou, mas a falta de espaço nos impede de fazê-lo aqui. Queremos apenas lembrar nosso reparo fundamental: a Psicologia de que fala Badiou não é a que nós conhecemos; a distinção que estabelece entre Psicologia e Psicanálise não nos parece válida ou esclarecedora.

(1) - Dizemos "liberação" por falta de melhor termo consensual, mas poderíamos dizer bem-estar, integração, auto-compreensão, conscientização ou reconstrução do discurso.

Cachoeiro do Itapemirim

A viação Itapemirim está recrutando profissional com experiência em Recrutamento e Seleção de Pessoal. O psicólogo deve fixar residência em Cachoeiro do Itapemirim. Os currículos devem ser encaminhados para o seguinte endereço: Parque Rodoviário Itapemirim, 173, bairro Amarelo - CEP: 29304-900 - Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo. Endereçar em nome da psicóloga Carmen Lúcia Rocha de Jesus.

Juiz de Fora

A Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama (Sobrap) - Regional Juiz de Fora foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública pela Lei n.º 8.251 de 02 de junho de 1993. Foi sancionada pelo prefeito municipal de Juiz de Fora, Custódio de Matos, e o projeto de lei, apresentado pelo executivo Antônio Carlos Guedes Almas, foi aprovado pela Câmara Municipal.

Entre os objetivos da Sobrap/JF está a oferta de tratamento especializado (através do serviço de Psicologia Aplicada), à comunidade, que não tem acesso aos consultórios particulares. Outro projeto da Sobrap/JF executado no ano passado foi a criação, em julho, do jornal da Sobrap/JF. Maiores informações à rua Marechal Deodoro, 360/204 - Centro. Tel.: (032) 212-6399.

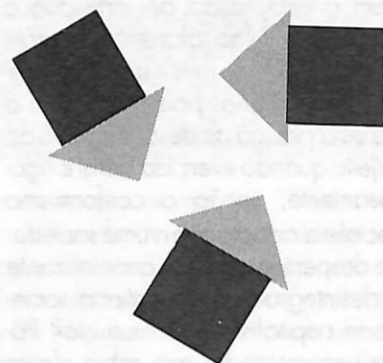
Passos

Instituída a Associação Regional dos Psicólogos do Sudoeste Mineiro ARP/SM, com sede em Passos, que congrega algumas dezenas de psicólogos em atividade profissional. A proposta é lutar pela competência técnica, pela dignidade e ética do exercício profissional do psicólogo, além da correta veiculação do con-

ceito Psicologia na comunidade. Quem assume a presidência da associação é o psicólogo Hufo Machado Lemos. Endereço para contatos: rua Noca Medeiros, 117/305 - Centro - 37900-000 - Passos (MG).

Uberaba

O Escritório Setorial do Triângulo Mineiro (ESTM), com sede em Uberaba, vinha sendo conduzido pelo representante Sérgio Paonessa Maiorino. Impossibilitado de continuar exercendo esta função, o psicólogo deixa o posto, que agora é assumido pelo conselheiro Vicente de Paulo Marques de Almeida. Em nome dos profissionais do Triângulo Mineiro, o CRP-04 agradece a participação de Sérgio e deseja a Vicente um bom trabalho. Para fazer contatos é só conferir a coluna Setoriais, no final desta página.



Uberlândia

Com o objetivo de incrementar o intercâmbio entre CRP-04 e os profissionais que não residem em Belo Horizonte, a autarquia convidou profissionais para participarem como seus representantes e articuladores em suas respectivas cidades ou regiões.

Até o momento trabalhava como articuladora em Uberlândia a psicóloga Ângela Melo, fazendo a ponte entre a autarquia e os psicólogos do município. O CRP-04 agradece em seu nome e dos profissionais de Uberlândia, sua participação nesta

empreitada, que continua agora sobre a responsabilidade da conselheira Márcia de Oliveira Prata. Para fazer contato, veja coluna Setoriais.

Vitória

Eleita em Assembléia Geral do dia 03 de dezembro de 1993 a nova composição do Colegiado que dirige o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Espírito Santo. Em 06 de junho de 1993 um grupo de profissionais assumiu a Diretoria Provisória da entidade com a proposta de atuar com um programa mínimo e definição de prioridades, além de viabilizar a reorganização da entidade e da categoria. Desde então foram executadas diversas atividades como a participação do Sindicato na apresentação da Emenda Constitucional que amplia para todos os profissionais de saúde o exercício de dois vínculos empregatícios no serviço público.

A entidade realizou também junto ao CRP-04 evento preparatório para a Luta Antimanicomial de abrangência nacional, além da reformulação do estatuto do Sindicato e da intervenção para anulação de Edital publicado pela Prefeitura Municipal de Vitória que desconsiderava a classificação original de psicólogos em concurso público. Agora a entidade está providenciando a formalização de convênio com a Livraria A Edição, do Espírito Santo.

Na Assembléia Geral do dia 03 de dezembro foi eleita presidente Raquel Virginia Médice; vice-presidente, Margarete Colodetti Suela; 1.º diretor-secretário, Mônica Cola Carriello; como diretor-secretário, Rogério Schenider Kunsch e como tesoureiro, Karen Cristina Uldefeldt. Na assembléia foi promovida a Anistia de Débitos dos Psicólogos para com o Sinpsi-ES, que varia de acordo com a situação de cada profissional. Contatos com Raquel (027) 226-1613, Mônica (027) 227-4102 ou Rogério (027) 229-6219 e 229-3930. Endereço: Rua José Teixeira, 769, Santa Lúcia - CEP 29055-310 - Vitória (ES).

Referência Mínima

Às Clínicas, Empresas e profissionais Prestadores de Serviços de Psicologia Organizacional. Assunto: Referência Mínima de Honorários para a área de Recursos Humanos. Tabela com valores atualizados para o período de 01 a 28 de fevereiro de 1994. O Conselho Regional de Psicologia 4ª Região MG/ES leva ao conhecimento de seus inscritos e demais pessoas interessadas o valor da UP - Unidade de Serviços de Psicologia - para o mês de fevereiro de 1994:

UP = CR\$ 169,80

Os serviços abaixo descritos passam, portanto, a ter os seguintes valores mínimos para sua prestação:

Recrutamento: (por vaga preenchida)
OBS: a partir de 01/06/93 cobrança percentual em relação ao salário do cargo (Custo Empresa).

Até 1 salário mínimo e meio: 100%
Acima de 1 salário mín. e meio: 75%

- Avaliação Psicológica: (por laudo)
Nível Operacional:
55 UPs = CR\$ 9.339,00
Nível Técnico:
80 UPs = CR\$ 13.584,00
Nível Superior:
100 UPs = CR\$ 16.980,00
- Treinamento: (por hora de atividade)
130 UPs = CR\$ 22.074,00
- Consultoria: (por hora de atividade)
200 UPs = CR\$ 33.960,00

Para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários, entre em contato. (031) 261-1146.

CRP-04 Dezembro 1993

• Variações Ativas

Receitas correntes	42.477.146,38
Receitas de capital	0,00
Mutações patrimoniais	250.817,45
Total	42.727.963,83

• Variações Passivas

Despesas correntes	31.432.658,53
Despesas de capital	250.817,45
Mutações patrimoniais	0,00
Total	42.727.963,83

BALANÇETE

Representantes e articuladores do CRP-04 em Minas Gerais e no Espírito Santo.

• Escritórios Setoriais:

- Espírito Santo (EES)** - Representante: Maria Tereza da Silva Cardoso - Praça Getúlio Vargas, 35 sl 820 Centro, Vitória, ES CEP 29010-350. Tel.: (027) 222-7394.
- Triângulo Mineiro (ESTM)** - Representante: Vicente de Paula Marques de Almeida - Rua João Pinheiro, 546/16 - Piso B, Centro, Uberaba - CEP 38010-040 - Tel.: (034) 333-6522.
- Zona da Mata (EZM)** - Representante: Américo Galvão Nelo. Avenida Barão do Rio Branco, 2.679/810 - Ed. Sela Central, Juiz de Fora. CEP 36010-012 - Tel.: (032) 215-6779.
- **Articuladores:**
- Araguari:** Lúcia Santos Coelho - R. Uberaba, 266, Centro. 38440-000. Tel.: (034) 241-3179
- Araxá:** Aparecida Maria de Souza Borges Cruvinel - Rua Doutor Edmar Cunha, 219 A, Centro. CEP 38180-000. Tel.: (034) 661-4108
- Cachoeiro do Itapemirim:** Carmen Lúcia Rocha de Jesus Grillo - Av. Pinheiro Júnior, 23, Centro. CEP 29307-300 Espírito Santo. Tel.: (027) 521-0944 Ramal 1494
- Divinoópolis:** Arlete Marchiori Macedo Diniz - Rua Minas Gerais, 655/214.

- CEP 35500-007. Tel.: (037) 221-9398 e 221-1979.
- Governador Valadares:** Sandra Athayde Silva - Avenida Minas Gerais, 700/112, Centro. CEP 35010-151. Tel.: (033) 271-6471.
- Ituiubata:** Sônia Divina Costa Rosado - Rua João Martin de Andrade, 363-A, Platina. CEP 38300-000. Tel.: (034) 261-3281.
- Montes Claros:** Ana Cristina Coulo Amorim - Avenida Santos Guimarães, 123, Sagrada Família. CEP 39401-014. Tel.: (038) 221-1586 e 221-2115.
- Muriae:** Margarida Maria Paulo Rodrigues - Rua Barão de Monte Alto, 125/113. CEP 36880-000. Tel.: (032) 721-0510.
- Patos de Minas:** Márcia Campos de Andrade - Rua José Alves Coelho, 125, Aurélio Caixeta. CEP 38700-000. Tel.: (034) 821-2040.
- São João del-Rei:** Maria Tereza Antunes Albergaria - Praça Guilherme Milwat, 52. CEP 36300-000. Tel.: (032) 371-4167.
- Ubá:** Maria de Fátima Paula de Souza - Av. Comendador Jacinto Soares de Souza Lima, 1052/201. CEP 36500-000. Tel.: (032) 371-4167.
- Uberlândia:** Márcia de Oliveira Prata - Av. Cesário Alvim, 14 sl 1503, Centro. CEP 38400-043. Tel.: (034) 234-8372 e 235-5258.

Multiplicidade e Ética

Adilson Rodrigues Coelho

No segundo semestre de 1993, a comissão de Ética teve a oportunidade de discutir sobre as psicologias alternativas tendo como base três pareceres enviados ao Conselho Federal de Psicologia, feitos por psicólogos de expressão nacional. Estes três pareceres refletem de uma forma cristalina a diversidade de opiniões e práticas no campo da Psicologia. Este artigo é uma reflexão sobre a questão da multiplicidade da Psicologia que engloba a questão mais específica das psicologias alternativas.

Uma dimensão da multiplicidade "diz respeito às áreas de atuação dos psicólogos; às áreas antigas e convencionais vêm sendo acrescentadas a cada dia inúmeras áreas novas em que o processo de implantação dos psicólogos está em pleno andamento. Em cada uma destas áreas, novas e velhas, os psicólogos entram em contato com novas populações e com novas demandas, estabelecem relações com diferentes profissionais, adquirem diferentes conhecimentos específicos, aprendem e criam diferentes linguagens, elaboram diferentes estilos de atuação; em suma, as diferentes interfaces da Psicologia geram profissionais com saberes, práticas, designações, linguagem, alianças e limites muito específicos".¹

Diante dessa multiplicidade a primeira questão que se coloca é saber se podemos pensar num modo de ser psicológico único ou se esta imensa diversidade abriga modos diversos de ser e de atuar dentro da Psicologia.

Esta questão já está colocada nas diversas perguntas que foram preparadas pelo Conselho Federal de Psicologia para servir como base para os pareceres. Estas perguntas enfocam os pressupostos ontológicos, os fundamentos teóricos-conceituais, o estudo e aprofundamento das novas técnicas e também se preocupa com a formação dos novos profissionais em Psicologia.

Cada um dos três pareceres tem uma visão diferente em relação à Psicologia e conseqüentemente trilha por caminhos diferentes. Minha intenção aqui é colocar as questões que achei mais pertinentes nos três pareceres sem a ilusão de resumí-los ou fazer um esquema deles. Todos os três estão disponíveis no CRP-04 para aqueles que se interessam por esta questão.

Um dos pareceres, feito pela psicóloga Christiane Muller, de Curitiba, chama a nossa atenção para o

novo paradigma que já se instalou na ciência, (principalmente a partir da física contemporânea), que nós poderíamos chamar de visão holística do mundo, ou seja, a preocupação atual de enfatizar o todo em detrimento das partes. A principal contribuição desse novo paradigma é ressaltar a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza.

Este texto nos pareceu muito rico, apresentando muitas questões que devem ser repensadas a partir do novo paradigma, tais como: a mudança do pensamento em termos de estrutura para o pensamento em termos de processo; a questão da não separação entre o sujeito e o objeto da observação; a questão da base sobre a qual o nosso conhecimento científico está baseado, entre outros questionamentos muito pertinentes.

Na comissão de ética descobrimos um lapso lamentável da autora quando esta diz: "Em termos éticos não se diferenciam em nada das terapias convencionais, pois ética não implica em um método ou recurso, mas em uma postura profissional." Houve uma discordância veemente desta posição da autora, pois ela está se referindo às técnicas alternativas, e é constatado pela epistemologia contemporânea que qualquer técnica existente ou a ser criada pressupõe uma tomada de decisão em relação a diversos aspectos, tais como determinismo, predição, causalidade, controle sobre o outro etc.

Um segundo parecer foi elaborado pela psicóloga Cisa Vital Brazil e diferentemente do primeiro, coloca aspectos que separam muito nitidamente as teorias alternativas daquelas que são aceitas pela comunidade psicológica. Ela indica alguns aspectos que são importantes para o reconhecimento de uma determinada teoria, tais como: a constante experimentação da técnica; a ligação contínua entre uma determinada prática e a teoria subjacente a esta; a colocação como um dos atributos da "verdade" das ciências humanas do questionamento ininterrupto e, finalmente, como um dos traços mais salutares de qualquer técnica ou teoria nova, a sua incessante disposição de estabelecer diálogo com os outros saberes já constituídos.

O terceiro e último dos pareceres foi elaborado pelos psicólogos professores Luís Cláudio Mendonça Figueiredo e Marília Ancona-Lopez

de Grisi. Este parecer é muito interessante, pois não só coloca questões a respeito das psicologias alternativas, mas também apresenta questões ao próprio Conselho Federal de Psicologia. O CFP é questionado sobre uma maior precisão em relação ao que seja psicologia alternativa, acentuando, nesta perspectiva, que as distâncias e controvérsias teóricas entre as psicologias ditas oficiais são muito grandes e perturbadoras. Eles acentuam que muitas psicologias reconhecidas começaram como psicologias alternativas, dando como exemplo: a Psicanálise, que teve um período de isolamento e de contestação muito intenso. Os autores ponderam também que algumas psicologias alternativas contam com autores de reconhecida expressão no mundo da Psicologia, tais como Stanislav Grof, Pierre Weil. Estes autores colaboram para que essas alternativas sejam respeitadas e reconhecidas no mundo científico.

Gostaria de finalizar este artigo colocando uma reflexão sobre a questão das psicologias alternativas, que tem relação com a ética e o momento atual que estamos passando.

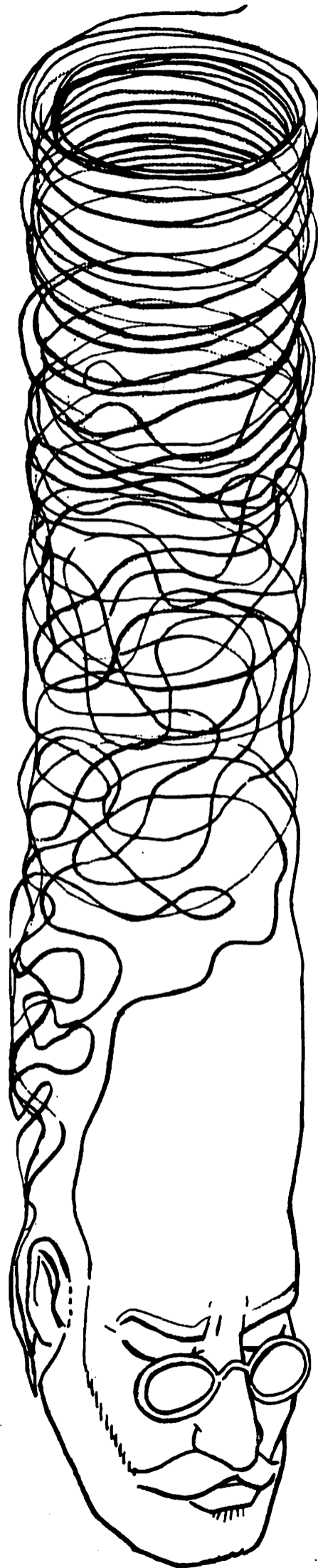
Há uma grande preocupação no Brasil e especificamente no meio psicológico de delimitar, de excluir as novas psicologias existentes. É preciso refletir o porquê dessa premente e tão enérgica tarefa que nos sentimos obrigados a fazer. Quando estamos tão empenhados em fiscalizar e regulamentar o exterior, se pressupõe que as nossas teorias já alcançaram respostas assertivas para várias questões importantes da vida cotidiana. Isto é verdade? Já respondemos a diversas pendências e disputas que separam, por exemplo, a Psicanálise e o Behaviorismo, para ficar na disputa mais séria da Psicologia?

Este ano de 1994 é um ano muito importante para nós, pois é o ano em que poderemos pensar e questionar sobre todos os aspectos que dizem respeito à nossa profissão. Para isso é muito importante ressaltar a extrema importância da participação intensa nos debates, seminários e palestras que estarão acontecendo em Brasília no nosso Congresso Constituinte de Psicologia. Este é o nosso convite e também a nossa intenção.

1) FIGUEIREDO, Luis Cláudio Mendonça. Sob o signo da multiplicidade. In: *Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas de Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. - V.1, n.1 (1993) - São Paulo, 1993.*

I D É I A S

O autor é psicólogo, professor das Faculdades Integradas Newton Paiva e membro convidado da Câmara de Ética do CRP-04.



GSF,

A violência no Brasil tem feito mais vítimas, desta vez, as entidades de defesa dos direitos HUMANOS. Pesquisa realizada com 1 mil 200 entrevistados do Rio e São Paulo, por iniciativa da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, revela: 39% do universo pesquisado concorda totalmente com a afirmação de que no Brasil o criminoso tem mais DIREITOS que a vítima. Outros 30% concordam parcialmente. ■ Já está circulando o Relatório do "Encontro Nacional da Luta Antimanicomial" realizado no período de 23 a 26 de dezembro de 1993 em Salvador (BA). O CRP-04 e os Escritórios Setoriais dispõem de exemplares para CONSULTA ou reprodução do material. ■ Mereceu reportagem na Isto É Minas o Centro Mineiro de TOXICOMANIA (CMT) por sua implantação do conceito de hospital-dia e pela ênfase no contato do toxicômano com seu meio social. Na mesma reportagem, destaque também para o Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômano (CPTT), que funciona desde fevereiro em Vitória, Espírito Santo. ■ INAUGURADO o primeiro Centro de Convivência para pacientes psiquiátricos mantido pela Prefeitura de Belo Horizonte, no bairro São Paulo. O projeto é baseado no Centro de Convivência Arthur Bispo do Hospital Raul Soares. ■ Já se encontra à disposição dos interessados, na sede do CRP-04, os Anais da Semana da Psicologia/1993, organizado pela coordenadora técnica Heloísa Amaral. Os anais foram editados com o apoio da BMS e se constituem como um importante registro das discussões acerca da ciência e profissão. ■ Vem aí a I Conferência Mineira de ÉTICA e Saúde. Veja entrevista a página 3 e confira a coluna Agenda, na página 6 desta edição. ■ A população tem o que dizer sobre a Psicologia e seus profissionais. Por isso mesmo foi elaborada pesquisa para subsidiar as discussões pertinentes ao CONGRESSO Nacional Constituinte. O resultado parcial está na página 11. ■ O CRP-04 enviou correspondência à PBH pontuando e questionando a diferenciação de salário e carga horária entre os profissionais de saúde que prestam concurso público para preenchimento de vagas. O CRP-04 aguarda RESPOSTA. ■

Encaminholhes, em anexo, algumas considerações sobre a atuação do psicólogo nas organizações para a apreciação e publicação no Jornal do Psicólogo (...) Estou à disposição para qualquer contato.

José Horácio Querido

Chefe da Divisão de Provimento de Pessoal e Psicologia do Trabalho Cemig Belo Horizonte (MG).

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer sua colaboração para o Jornal do Psicólogo. Informamos que sua publicação dependerá tanto da ordem de chegada dos trabalhos apresentados pelos profissionais interessados, como também da unidade editorial pretendida para cada edição. Assim que tivermos uma definição, entraremos em contato.

Tive o prazer de ler alguns exemplares de seu jornal. Tendo em vista o alto nível das publicações, solicito a gentileza de verificar se é possível o meu cadastramento como leitor.

Aproveito para parabenizá-los pelo trabalho.

Eleuza Balbino da Silva

- CRP/DF 4613 - Brasília (DF)

O Jornal do Psicólogo é dirigido a todos os psicólogos de Minas e Espírito Santo inscritos no CRP-04, além de ser distribuído nas Escolas de Psicologia e Bibliotecas do Brasil, órgãos e entidades afins. Nosso sistema de assinaturas ainda não foi implantado, mas já estamos cadastrando os interessados para que, assim, possamos ampliar a interlocução entre os profissionais do país.

Estamos encaminhando a V. Sa. a Revista Pisque, editada pelo Departamento de Psicologia Geral e Aplicada das Faculdades Integradas Newton Paiva.

Essa publicação é resultado da produção acadêmica de nosso corpo docente, visando comunicação e intercâmbio científico. Temos grande interesse em receber publicações congêneres, assim como informações a respeito de como adquiri-las.

As correspondências podem ser enviadas para o Centro Administrativo desta instituição, à rua Goitacazes, 1.762, Barro Preto - CEP: 30190-052, nesta Capital.

Ângela Ribeiro Rodrigues

Chefe do Departamento de Psicologia - Belo Horizonte (MG)

Sônia Maria de Campos Flores

Coord. Colegiado do Curso de Psicologia - Belo Horizonte (MG)

Cartas para a redação: Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04 - Assessoria de Comunicação Social - Rua Tomé de Souza, 860/10º andar, Savassi - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-131. Este também é o endereço para envio de informações, inclusive para a página Interurbano, artigos e apresentação de teses para divulgação no Jornal do Psicólogo. Os textos devem ser encaminhados com o número de telefone para contato e endereço. Os assinados devem ter, em média, 80 linhas datilografadas, breve currículo profissional e, no caso das teses, indicação dos locais onde possam ser pesquisadas pelos interessados.

DISQ FREUD

RJ (021) 533.3083 BH (031) 330.5500 Bip JLM

- **Português 24 vols.** Editora Imago - 60% desconto
 - **Castelana 25 vols.** Editora Amarrortu - 30% desconto
 - **Espanhol 3 vols.** Editora Nueva - 30% desconto
- Obras completas - Nova Edição - Garantia

Atendemos a todos os estados • Entregamos a domicílio
Horário: 9:00 às 18:00 horas • CGC: 31 558 786/0001-80

Jornal do Psicólogo

Publicação do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) - CRP-04
Rua Tomé de Souza, 860/10º andar - Savassi - CEP 30140-131 - Belo Horizonte-MG.
Tel.: (031) 261-1146 - Telex: (031) 392882 - Fax: (031) 261-6143

Diretoria: Mariana de Campos Mendonça, presidente; Edith Lins Eto, vice-presidente; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira, secretária; Zulma Canuto, tesoureira.

7º Plenário: Conselheiros Efetivos: Carus Trindade Guimarães; Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Maria Carmen Lopes Albricker Barbosa; Mariana de Campos Mendonça; Raymonde Jouanneau Saraiva; Simone Maria Machado da Silveira; Sônia Maria de Brito Marques Porto; Susana Caçado Teatini; Zulma Canuto. Conselheiros Suplentes: Cristina Ribeiro de Figueiredo Teixeira; Edith Lins Eto; Elvira Lídia Pessoa de Oliveira; Manoel Mata Machado; Márcia de Oliveira Prata; Regina de Mont'Alverne

Neto; Ronaldo Pazini Marangoni Júnior; Vicente Almeida. Conselheiros Federais: Ricardo Figueiredo Moretzsohn (efetivo); Vera Lúcia Dias (1ª suplente); Gerson Alves Vieira (2ª suplente) - Sebastião Rogério Góis Moreira (licenciado)

Coordenadoria Técnica: Heloísa Amaral;
Assessoria Jurídica: Rodrigo da Cunha Pereira
Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Jornalista responsável: Andréa Rocha (MTb 4203/MG)
Programação visual: Marcelo Xavier
Ilustrações e fotografias: Geraldo Benício, Marcelo Xavier e Marcelo Kraiser
Edição gráfica: Cláudia Barcellos
Impressão: Editora Lítero Maciel
Tiragem: 11 mil exemplares

As matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. O Jornal do Psicólogo as publica por acreditar na diversidade das idéias.

Psicólogo é muleta?

"A Psicologia é o conhecimento da cabeça do ser humano". O autor desta afirmação, se não é, pelo menos deveria ser a principal referência para o psicólogo. A frase foi pronunciada por um ilustre membro da sociedade brasileira, chamado a opinar sobre a Psicologia e os serviços prestados por seus profissionais. Com o propósito de subsidiar as discussões durante o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, o CRP-04 contratou pesquisa que entre outros dados, permite identificar, por exemplo, o grau de conhecimento da população sobre a Psicologia.

No período de 08 a 18 de novembro de 1993 foram aplicados 400 questionários distribuídos numa mostra constituída por 350 entrevistados de Minas e 50 do Espírito Santo. Todos os resultados apurados em cada uma das questões foram analisados pelas consultoras Elizabeth M. Naves e Marta Oliveira Penzin, que fizeram uma série de cruzamentos dos dados por nível de escolaridade, faixa etária e de renda.

"Ciência do que vai acontecer"

Os resultados já são um ponto de partida para qualquer discussão sobre a Psicologia com a abrangência pretendida no Congresso Nacional. Sobre o nível de conhecimento da Psicologia, um dado bastante satisfatório: 91% dos entrevistados já ouviram falar da Psicologia. A análise desta informação é de que a profissão é conhecida por quase toda a população de Minas e Espírito Santo, apesar de mais da metade dos entrevistados serem de baixa renda (até cinco salários mínimos).

Perguntados sobre "O que é Psicologia?", a maioria a percebe do ponto de vista mais científico (43%), sendo considerada o estudo da mente, do comportamento, testes. Outros 20%, no entanto, entendem a Psicologia como um instrumento de ajuda, enquanto um terceiro grupo (4%) associa a Psicologia a um processo de desenvolvimento pessoal. Mesmo menos significativo (3%), há ainda um segmento que acredita que a Psicologia traz embutida em si o poder de saber sobre as pessoas. Esta visão pode ser ilustrada pelo depoimento de um dos entrevistados: "É a ciência do que vai acontecer". Há ainda um outro grupo, 1%, que associa a Psicologia somente à área organizacional.

Dos 400 entrevistados, 92% responderam à questão "Quem é o psicólogo para você?". As respostas com maiores percentuais ocupam posição invertida em relação à questão sobre a Psicologia: 46% acreditam que é um profissional que ajuda as pessoas enquanto 18% associam o psicólogo ao estudo, à pesquisa, à análises e testes. Este resultado foi analisado pelas consultoras: "É possível que esta inversão

se dê em razão da diferença que existe entre a tentativa de definir uma ciência (Psicologia) e a tentativa de definição do profissional que aplica os conhecimentos relacionados à esta ciência (o psicólogo). "Percebeu-se que o psicólogo (profissional que utiliza conhecimentos da ciência psicológica) fica mais sujeito às demandas da população, que deposita nele a esperança de resolução de seus problemas.

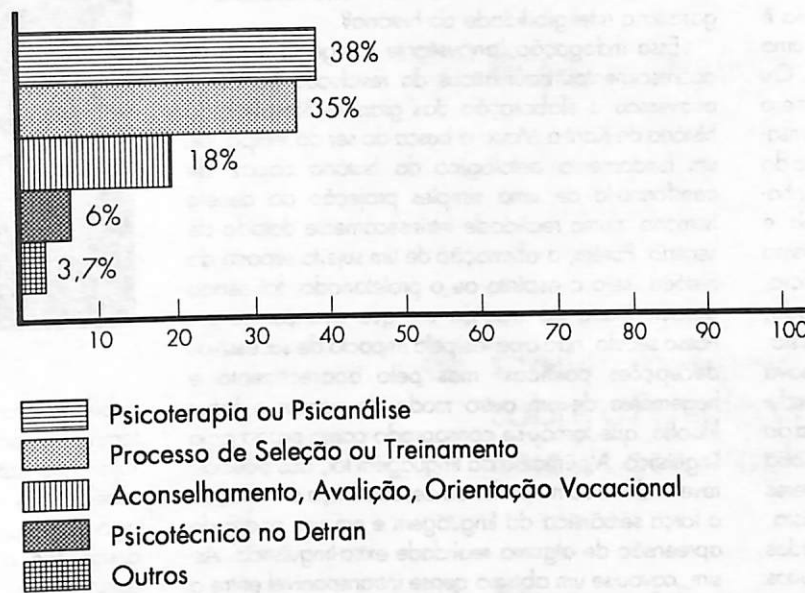
Ainda sobre a imagem do psicólogo aos olhos da população, 10% caracterizaram o profissional apontando características pessoais tais como: "doído, amigo, sábio, inteligente, amigo orientador, confidente, paciente, humano, competente, metidos a entender muitas coisinhas". Outros 8% confundem o psicólogo com o médico; 4% consideram que é uma pessoa mágica, que soluciona problemas; 3% dos entrevistados se consideram seus próprios psicólogos; além dos 3% que acham que tem como tarefa controlar e adaptar as pessoas. Os 12% restantes apresentaram respostas aleatórias.

"O psicólogo é uma muleta para quem está precisando quando há um desfalque emocional ou até físico". Esta foi uma das respostas à questão sobre as situações em que o psicólogo

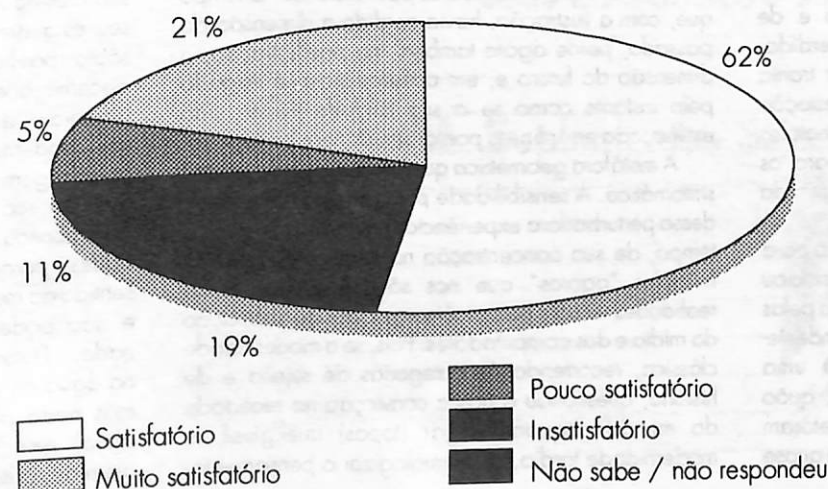
deve ser procurado. Para 25% dos entrevistados, em momentos difíceis da vida. Outros 18% acham que o psicólogo deve ser procurado quando a pessoa apresenta um quadro mental grave, associado a drogadicção, problemas de cabeça, distúrbios mentais. Em seguida, com 17% vem o grupo que acredita que é em situações de instabilidade emocional, momentos de depressão, angústia, stress, medo ou desespero. Só 10% acham que devem procurar o profissional como último recurso e 9% como forma de crescimento pessoal, autoconhecimento e orientação na vida, não sendo necessariamente quando se está em crise.

Sobre os serviços de Psicologia, 62% disseram nunca tê-los utilizado, enquanto 38% já usaram alguma vez. Não souberam ou não responderam 1% do universo pesquisado. Dos que utilizaram serviços do psicólogo, 36% disseram ser em empresas, 29% em consultórios e 11% em escolas. O restante está distribuído entre postos de saúde, LBA, faculdades, entre outros. Como pode ser percebido pelo gráfico abaixo, a Psicoterapia e a Psicanálise estão entre os principais serviços utilizados pela população. No segundo gráfico é possível identificar como positiva a satisfação dos serviços utilizados.

1) Principais serviços utilizados pela população



2) Nível de satisfação dos serviços



Expectativas da população

As expectativas da população em relação aos serviços prestados confirmam a imagem que têm da Psicologia e dos profissionais. A maioria, 52% buscavam apoio, ajuda, diretrizes, esclarecimentos. Depois vem os que esperavam aplicação de testes e avaliação (17%), seguido pelos que não tiveram expectativas, não conheciam o trabalho do psicólogo (13%). Mas há os 7% que esperavam mais competência na prestação dos serviços e outros 7% que não responderam e 4% que deram respostas variadas.

Grande parte dos entrevistados, 60% nunca pagaram pelos serviços prestados pelo psicólogo enquanto somente 33% pagaram, outros 4% pagaram em algumas situações, 2% usaram convênio. Não sabem ou não responderam 1% dos entrevistados. O relatório da pesquisa analisa que o não pagamento pela maioria pode estar associado aos altos percentuais de prestação destes serviços dentro das empresas, que arcam com os custos.

Sobre as técnicas alternativas, 88% disseram nunca ter recorrido a estes serviços enquanto 12% responderam afirmativamente. Destes, 70% se submeteram a estes serviços com profissionais não psicólogos, enquanto 13% disseram que eram psicólogos.

A importância do psicólogo para a população está bastante associada ao papel de conselheiro, de orientador, como demonstra o quadro abaixo:

Importância do Psicólogo

• Para ajudar/orientar/aconselhar/resolver problemas	64%
• Avaliar as pessoas/saber o que a pessoa é ou tem	10%
• Não tem importância/descrente com a Psicologia	3%
• Amigo/pessoa boa/apoio	2%
• Outros	12%
• Não sabem, não responderam	9%
• Total	100%

Além deste dados, a pesquisa permite identificar ainda, através da renda, faixa etária e de escolaridade, quais são os usuários dos serviços de Psicologia, como e onde tiveram acesso e os motivos que levaram a recorrer ao psicólogo. São informações valiosas para o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia que não poderia se furtar a consultar o maior interessado: o cidadão.

O destino da utopia

Era um dia de outono, daquele suave outono tropical que apenas deixa-se perceber pela brisa leve e fresca que envolve o silêncio da noite. A sua calma aparente, no entanto, mal podia ocultar a inquietação que se disseminava na rotina dos milhares de televisores ligados. Sob o impacto da primeira onda de desencantamento em relação ao regime militar, a sociedade civil brasileira mobilizava-se no esforço de uma reação organizada: agitavam-se as ruas, recrudescia a repressão, o movimento estudantil deslizava para a clandestinidade, as famílias da classe média encolhiam-se amedrontadas. Naquela noite, porém, ao sobressalto acrescia-se a perplexidade, enquanto no vídeo sucediam-se as imagens de uma Paris convulsionada e via-se, com espanto ou horror, tremular no alto da Sorbonne a bandeira negra do anarquismo. Para alguns, os otimistas da revolução, a militância libertária da "jeunesse enragée" parisiense concretizava numa festa mítica o anúncio feito por Nietzsche, profeta do século, de uma "transmutação dos valores": rompidos os grilhões de uma racionalidade universalista e de uma ontologia homogeneizante, uma nova humanidade empreenderia a dissolução das hierarquias e a produção igualitária das diferenças. Isto é, na ausência de uma referência normatizadora configurar-se-ia um espaço social de igualdade no qual as diferenças - sexuais, étnicas, intelectuais - ao relativizarem-se, deixariam de ser marcas qualitativas a um juízo moral, para tornarem-se expressão de uma subjetividade pura.

A rebelião romântica de maio de 1968 possuía um evidente ânimo antiestruturalista, uma vez que o estruturalismo era, então, a corrente dominante no mundo acadêmico francês. Um ânimo que já havia sido prefigurado por Herbert Marcuse que, em 1967, num debate com os estudantes na Universidade Livre de Berlim, havia proclamado o fim da utopia. A intenção de Marcuse não era a de defender o abandono da utopia, mas de negar o caráter utópico da utopia e propor a sua realização na história através de uma ruptura revolucionária do "continuum" histórico. Ou seja, era preciso desvincular a revolução do mero desenvolvimento das forças produtivas, para repensá-la na perspectiva de uma conversão estético-erótica do modo de existência dos indivíduos. Para isso, impunha-se uma verdadeira inversão da fórmula de Engels e que representava o próprio espírito do marxismo ortodoxo: não seguir o caminho da utopia à ciência, mas, ao contrário, segui-lo da ciência à utopia. Nada, portanto, mais antagônico ao programa estruturalista, exemplarmente encarnado por Lévi-Strauss, que visava fundar cientificamente as Ciências Humanas pela exclusão metódica das últimas ilusões humanistas acerca do sujeito autônomo, da ação intencional e da filosofia crítica. Se houve alguma aproximação entre os líderes da rebelião de maio e os mestres do rigor estruturalista, esta deveu-se antes à sua comum oposição aos rígidos cânones da tradição universitária francesa e a muitos equívocos teóricos, como o que ocorreu com a apropriação "selvagem" da teoria de Lacan, concebida, por sua vigorosa recusa do adaptacionismo da "Ego Psychology" americana, como proposta de recuperação de uma verdade originária do sujeito e de reencontro com a pureza de uma linguagem perdida. Por isso, não deixou de haver uma amarga ironia quando vimos, após o refluxo da grande contestação dos anos sessenta, os antigos rebeldes e ex-promotores da imaginação liberada encaminharem-se para os divãs lacanianos em busca da dura aprendizagem da lei e da falta.

Não obstante, esse deslocamento do político para o psíquico, seja na versão francesa do psicanalismo ou na versão americana do culto do "self" difundido pelas diversas alternativas, pode levar-nos, independentemente de nossa inclinação ideológica, à uma contraposição tão atraente por sua clareza, quão estéril por sua obviedade. Assim, alguns interpretaram esse "esgotamento das energias utópicas", esse quase

estancamento da práxis, como passagem de um período de consciência social para outro de alienação individualista, ou, ao contrário, como necessário abandono de um messianismo insustentável em benefício de uma felicidade viável numa sociedade cada vez mais capaz de prover os meios materiais de uma auto-realização personalizada. Talvez, porém, essa alternativa fácil, entre um duro realismo, que no limite torna-se cínico, e um nostálgico idealismo, que no limite torna-se dogmático, deva dar lugar a uma interpretação mais matizada e complexa do processo sócio-cultural deste último quarto de século. Processo que deve ser concebido como fragmento de movimento histórico de longa duração que determinou mudanças estruturais na compreensão humana do espaço e tempo.

No início da época moderna, ainda no século XVI, surgiu um novo gênero literário que consistia na descrição de um estado ideal e que ficou conhecido, pelo título da novela pioneira de Thomas Morus (1516), como "utopia". Tratava-se de uma forma narrativa que desenvolvia, a partir de um princípio abstrato, a construção imaginária de uma sociedade perfeita sem vínculos determináveis com a realidade contemporânea. Essa nova figura cultural, profundamente distinta da literatura escatológica cristã, tomada como poderosa instância de crítica política e social, iria introduzir uma concepção radicalmente secularizada do tempo: dissolvido o passado, porque nada poderia subsistir fora da contingência do momento presente, a não ser como memória e museu, o tempo vetorial tensionava-se para o futuro e essa consciência prospectiva tornou-se, desde a Ilustração, o motivo, por excelência, da ação revolucionária. No entanto, e a dúvida latejava nas inteligências mais lúcidas da época, como os sujeitos históricos, os agentes da ação, ilhados na relatividade de seu momento e de seu contexto, poderiam inventar um futuro absoluto e garantir a inteligibilidade da história?

Essa indagação, angustiante e urgente após os acontecimentos traumáticos da revolução francesa, atravessou a elaboração das grandes filosofias da história de Kant a Marx: a busca do ser do tempo, de um fundamento ontológico da história capaz de transformá-la de uma simples projeção do desejo humano numa realidade intrinsecamente dotada de sentido. Porém, a afirmação de um sujeito suporte da história, seja o espírito ou o proletariado, foi sendo desacreditada na medida em que avançamos em nosso século, não apenas pelo impacto de sucessivas decepções políticas, mas pelo aparecimento e hegemonia de um outro modo de pensar e fazer filosofia, que tornou-se consagrado como paradigma linguístico. A primazia da linguagem foi, aos poucos, revelando-se como profunda desconfiança em relação à força semântica da linguagem e em seu poder de apreensão de alguma realidade extra-linguística. Assim, cavou-se um abismo quase intransponível entre o signo e o referente, o que parecia inviabilizar a pretensão de qualquer discurso filosófico acerca de alguma realidade substantiva, ainda que essa fosse a substancialidade dinâmica do devir histórico. O tempo que, com a Ilustração, havia perdido a dimensão do passado, perde agora também, na pós-Ilustração, a dimensão do futuro e, em consequência, é tragado pelo instante como se a sua unidade tivesse sido estilhaçada em infinitos pontos simultâneos no espaço.

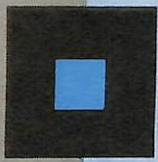
A metáfora geométrica que acabamos de utilizar é sintomática. A sensibilidade pós-moderna alimenta-se dessa perturbadora experiência da espacialização do tempo, de sua concentração na simultaneidade dos múltiplos "agoras" que nos são oferecidos como realidades virtuais pelos inúmeros jogos de simulação da mídia e dos computadores. Pois, se a modernidade clássica, recorrendo às categorias de sujeito e de história, questionou a nossa convicção na realidade do mundo enquanto lugar (topos) inteligível, a modernidade tardia, ao semiologizar o pensamento,



Carlos Roberto Drawin

Psicólogo e professor de Filosofia da UFMG

debilitou gravemente a nossa convicção na realidade do tempo (cronos) enquanto processo de auto-realização do sujeito na história. Portanto, o gesto arrogante e ingênuo do rebelde dos anos sessenta, que pretendeu efetivar no aqui e agora de sua contestação o fim-realização da utopia, não está, assim, tão distante do olhar austero e exigente do sábio estruturalista, que pretendeu reduzir o tempo à uma simples variável de um modo sincrônico. E ambos talvez estejam mais próximos do que parece daquele jovem individualista dos anos oitenta que, entregando-se à absorção auto-complacente de sua afetividade, deixou-se enredar no labirinto intemporal de seu psiquismo. Em todos eles - o rebelde pós-metafísico, o sábio pós-humanista, o yuppie pós-história - podemos discernir diferentes expressões da transição utopia à u-cronia e, em todos eles e, de certa forma, em todos nós, podemos reconhecer a vertigem de Ulrich, personagem do célebre romance de Robert Musil, que em sua errância intelectual pela Viena apocalíptica sabia-se um homem sem qualidades, porque desprovido de qualquer sentido do real: "Estamos ligados a tudo e não podemos aproximar-nos de nada... Flutuamos como um peixe na água ou um pássaro no ar, mas nada mais existe, nem água, nem ramo, nada, além desta flutuação!".



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04



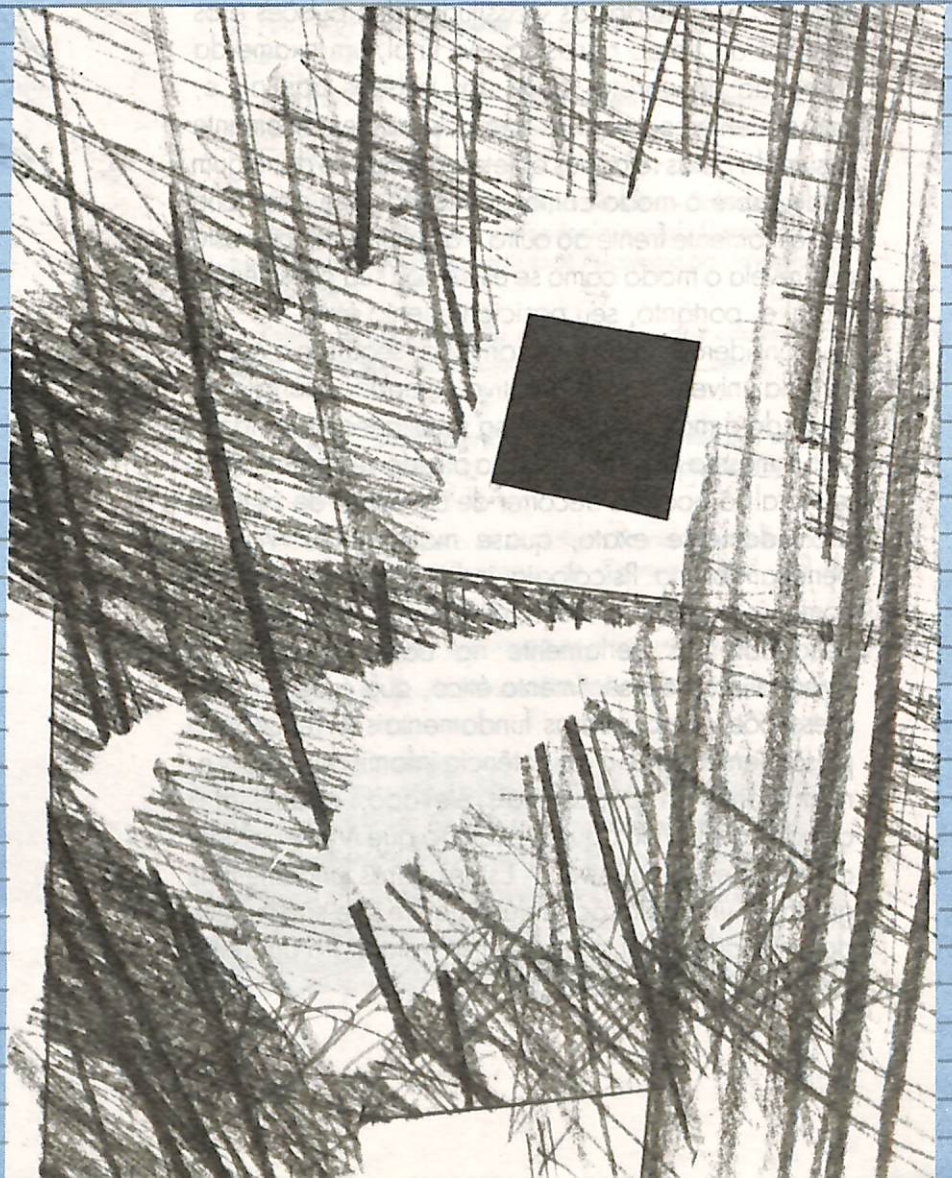
E S C U T A

SUPLEMENTO DO JORNAL DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE, ANO 10 • Nº 45
JANEIRO/FEVEREIRO 1994

S U J E I T O É T I C O

- **A** renúncia à pulsão e o acesso à culpabilidade são a base da instância moral do indivíduo. Por Flávio Carvalho Ferraz, psicólogo e psicanalista.
- **O** indivíduo, antes de ter uma ética ou seguir uma conduta ética sob a forma de Lei, é preciso que seja um ser ético. Artigo assinado pelo assessor jurídico do CRP-04, Rodrigo da Cunha Pereira.

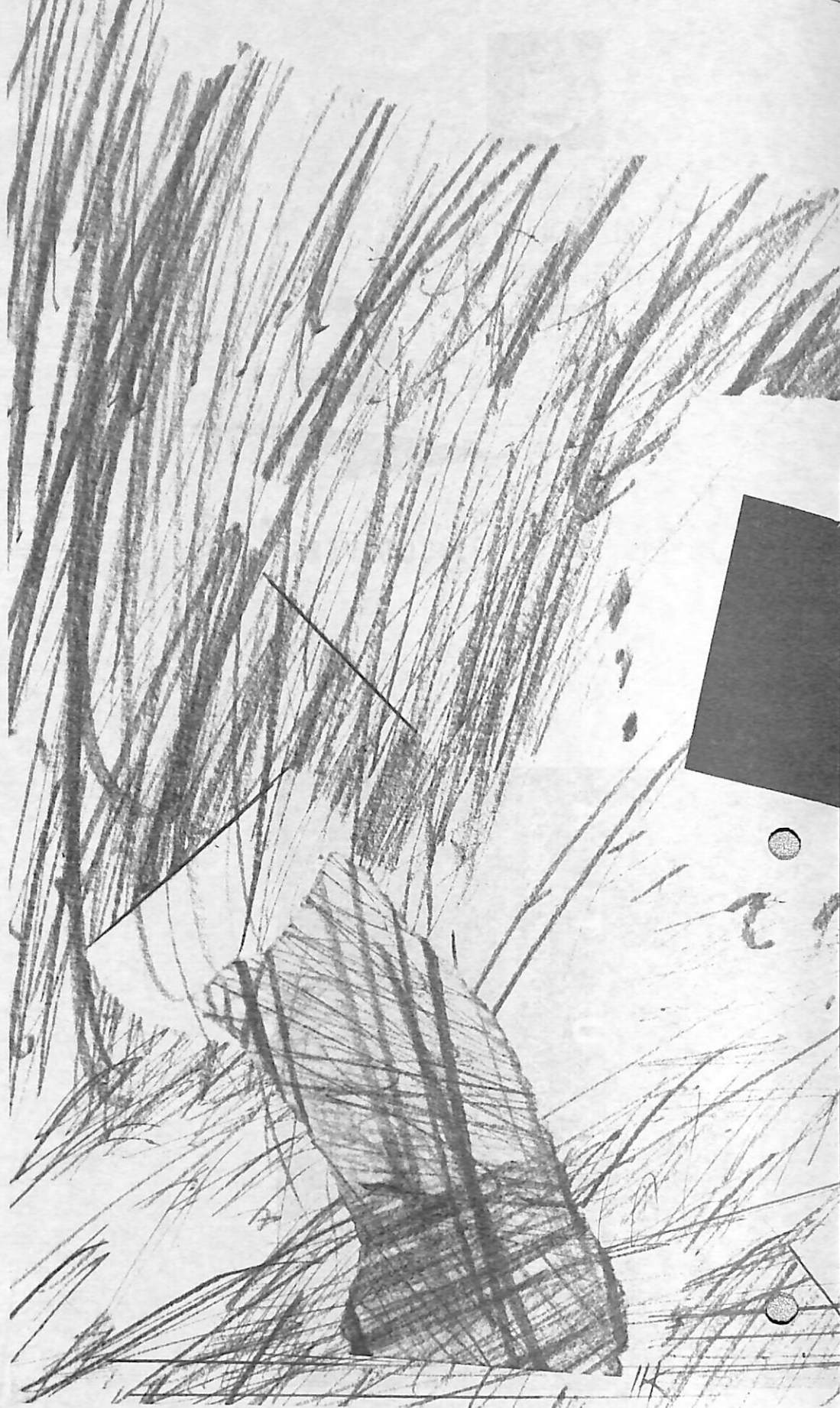


Quando se fala em ética, é ao domínio da Filosofia que primeiramente se deve recorrer, visto que este conceito a ela sempre pertenceu. No entanto, quando se investiga o campo da ética com todas as suas implicações, chega-se rapidamente à Psicologia, pois não é possível deixar de perguntar a maneira pela qual o indivíduo adquire sua consciência moral, bem como a forma pela qual com ela se relaciona.

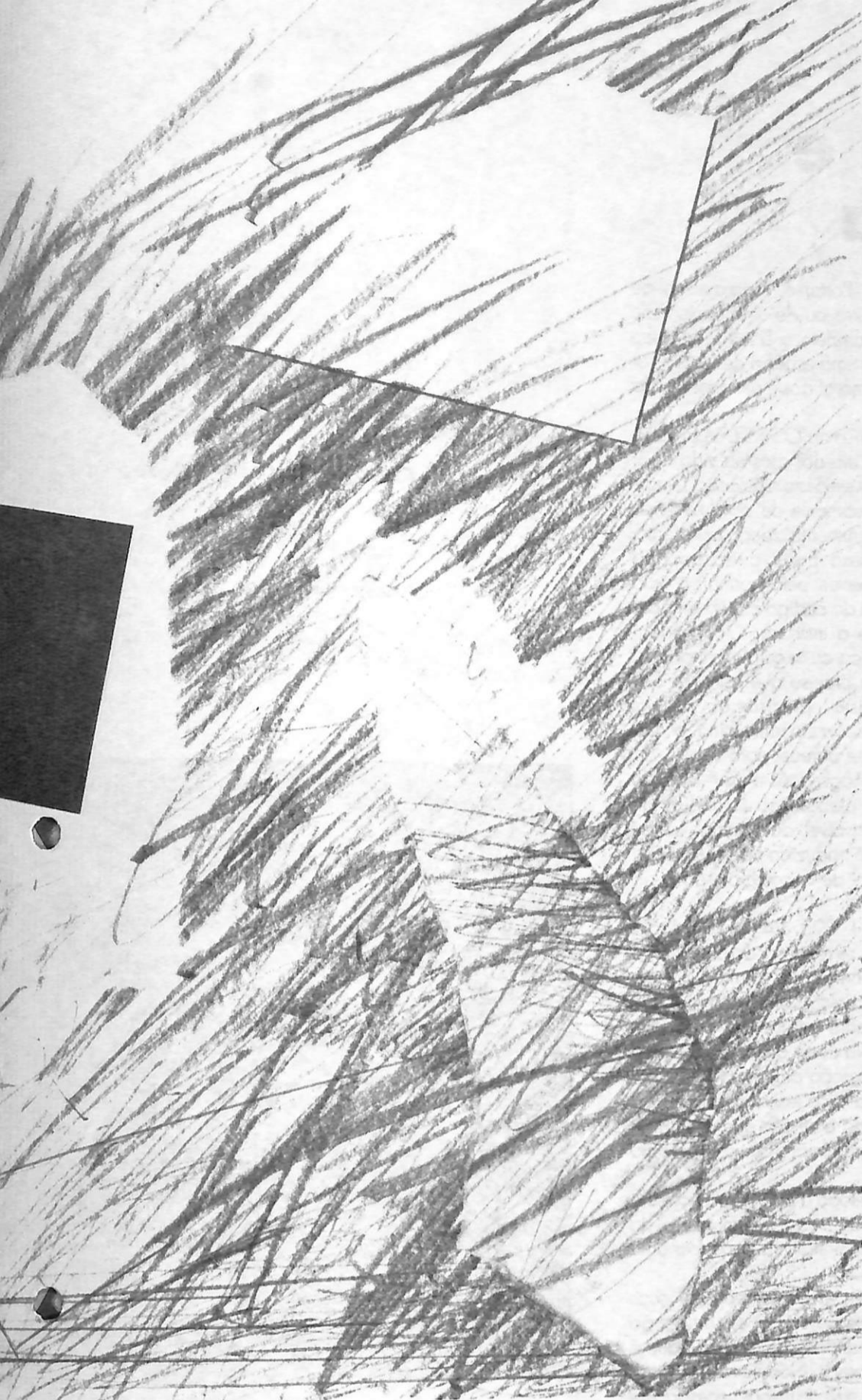
Mesmo dentro do domínio da Psicologia não encontramos uma só forma de abordar a consciência moral. Sabemos, com Piaget⁽¹⁾ e posteriormente com Kohlberg⁽²⁾, que desenvolvimento cognitivo e julgamento moral se acham entrelaçados dentro daquilo que se chamou Psicologia do desenvolvimento. Ocorre que, se nos posicionamos como determinados autores, e consideramos a Psicologia cognitiva como suficiente para abordar a problemática da consciência moral, corremos o risco de reduzi-la a uma mera questão de desenvolvimento cognitivo. Neste caso, a existência da razão bastaria para dar a luz a toda sorte de atitude ética. Ora, até o senso comum sabe que ética e desenvolvimento cognitivos não se encontram necessariamente juntos. Por isso é que se justifica a busca, dentro do domínio da Psicanálise, de uma explicação para a gênese da ação propriamente moral em conexão não mais com o desenvolvimento cognitivo, mas com o desenvolvimento emocional. Ou, mais estritamente falando, podemos procurar na teoria psicanalítica alguns indícios da razão pela qual alguém pode agir segundo os princípios morais que *conhece* ou contrariamente a eles; e podemos ainda ir mais longe, ao perguntar porque alguém age em concordância ou em discordância com os princípios morais em que *acredita*.

Para tal, um longo trajeto deve ser percorrido. Conforme defendi em minha dissertação de mestrado sobre este tema⁽³⁾, é necessário buscar alguma luz na teoria freudiana do desenvolvimento psico-sexual em todas as suas correlações com o desfecho do conflito edípico, aí incluídas as vicissitudes das pulsões e os destinos da libido narcísica. Ao final, um exame da formação do caráter à luz das pulsões parciais e, conseqüentemente, da forma predominantemente assumida pelas relações objetais, pode nos dar algum dado sobre o modo como um indivíduo se posiciona subjetivamente frente ao outro e à cultura, relação esta que revela o modo como se estruturou sua consciência moral e, portanto, seu posicionamento ético.

Considerando a moral kantiana, segundo a qual a fórmula universal do imperativo categórico seria "age segundo a máxima que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal"⁽⁴⁾, a atitude verdadeiramente moral só poderia decorrer de um senso de injustiça profundamente exato, quase matemático. Mas se penetrarmos na Psicologia individual para indagar como é possível a um sujeito seguir esta máxima, desaguardaremos certamente na base da acepção psicanalística do sentimento ético, que é aquela que pressupõe como pedras fundamentais a renúncia à pulsão (entenda-se à onipotência infantil da pulsão) e, num plano um pouco mais elevado, o acesso à culpabilidade - ou àquela posição que Melanie Klein chamou de "depressiva"⁽⁵⁾. Estas pedras fundamentais guardam uma relação dialética entre si e são a base da instância moral que vem a se instalar no aparelho psíquico como o superego.



Psicologia, e o campo



psicanálise o da ética

Flávio Carvalho Ferraz

Apenas o corte operado no narcisismo original, função exercida pela vivência do conflito edípico, pode levar ao pleno acesso à alteridade. E sem este acesso, seria um absurdo pensarmos em ética. A possibilidade de se seguir a máxima kantiana da moral, que Freud assimilou ao seu "superego"⁽⁶⁾ de modo discutível (e nosso espaço aqui não permitirá que se discuta tal assimilação) exige que o sujeito se coloque subjetivamente no lugar do outro e do coletivo, donde se exclui necessariamente a tirania e o autoritarismo (modelos pelos quais o Outro deixa de ser um fim em si mesmo, o que contraria outro princípio kantiano), bem como suas formas dissimuladas que se expressam pelo "levar vantagem" ou pelos arranjos favorecedores do "jeitinho".

Finalmente, cabe lembrar que a teoria do caráter, tal como desenvolvida por Freud⁽⁷⁾ e por Abraham⁽⁸⁾, podem nos ajudar a entrever como os restos da libido pré-genital atuam no relacionamento de um sujeito com os seus objetos. Em resumo, temos os traços marcadamente vorazes da sexualidade oral, que determinam a intensidade com que um indivíduo busca capturar seus objetos e satisfazer suas necessidades; temos, em seguida, os traços decorrentes da sexualidade anal, que dão o tom para o modo como o indivíduo busca reter o objeto conquistado e sua disposição em compartilhá-lo. Estes traços podem ou não dominar o caráter, sendo que daí resulta uma componente econômica da participação da sexualidade infantil no caráter.

Atingida a predominância da genitalidade, no entanto, o caráter se mostra mais liberto da tirania dos traços onipotentes da sexualidade infantil, e pode integrá-los mais harmoniosamente. E é aí que podemos entrever as condições que Abraham⁽⁸⁾ parecia julgar fundamentais para a existência de um sentimento eminentemente ético: o senso de justiça e a capacidade de tolerância.

BIBLIOGRAFIA

1. PIAGET, J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris, Félix Alcan, 1932.
2. KOHLBERG, L. *Moral development and identification*. *National Society for the study of education yearbook*. 62, Part 1:277-332.
3. FERRAZ, F. C. *Freud e o campo da ética - Sobre a gênese e o desenvolvimento da consciência moral*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1993.
4. Kant, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: Civita, V. ed. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. v. 25.
5. KLEIN, M. *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*. In: *Contribuições à psicanálise*. São Paulo, Mestre Jou, 1981.
6. FREUD, S. *O ego e o id*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1980. v. 19.
7. _____. *Caráter e erotismo anal*. op. cit., v.9.
8. Abraham, K. *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro, Imago, 1970.

O autor é psicólogo pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, mestre em Psicologia e doutorando pelo mesmo Instituto. Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo e professor do Curso de Psicossomática do mesmo Instituto.

A Ética, a Lei e a Psicologia

A palavra Lei vem do latim *lex, legere* (escrever) e significa etimologicamente a relação constante e necessária entre fenômenos. Cada grupo ou série de fenômenos, constituindo uma ciência, traz consigo suas próprias leis: físicas, biológicas, sociais, econômicas, jurídicas etc. Para Montesquieu, "as leis são relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e neste sentido, todos os seres possuem suas leis; as inteligências superiores ao homem possuem suas leis, os homens possuem suas leis".⁽¹⁾

Desde que os homens se reúnem em sociedades, mais simples, ou mesmo se se organizam politicamente em um território, que chamamos Estado, surge a necessidade de estabelecer normas, proibindo ou obrigando pessoas, sobre uma conduta para o convívio na sociedade.

Mas antes destas normas, a que podemos chamar leis jurídicas, é necessário que tenha se estabelecido uma outra lei, fundamental: A LEI DO PAI, *nom du père*.⁽²⁾

É esta lei primeira (linguagem, recalque) que nos possibilita e nos remete a todas as outras leis, inclusive permitindo o estabelecimento de um ordenamento jurídico. É o próprio FREUD em seu texto "Totem e Tabu" que nos envia a uma lei primeira, básica e fundamental. A relação totêmica e os tabus primitivos parecem ter uma relação intrínseca com as proibições morais e convenções pelas quais nos regemos, e lança uma luz sobre a origem obscura de nosso próprio imperativo categórico.

Platão, referindo-se às leis jurídicas, dizia que elas são feitas para anunciar as ordens da razão aos que não podem recebê-la diretamente dela. É neste sentido que a lei jurídica vem dizer e expressar, em cada sociedade organizada, a razão, tornando possível o viver coletivo.

É a lei como expressão da razão, possibilitando viver-com, que faz surgir um ordenamento jurídico.

É nesta ordem jurídica que está o DIREITO. Direito à vida, direito à morte. O direito e o torto. Em cada cultura o direito normatizado de acordo com a sua ÉTICA. O direito não é aquilo que É, mas aquilo que DEVE SER. É exatamente este dever-ser que, normatizado, transformando-se em lei jurídica contrapõe-se ao torto. E nas palavras de Freud "(...) onde existe uma proibição tem de haver um desejo subjacente... afinal de contas, não há necessidade de se proibir algo que ninguém deseja fazer e uma coisa que é proibida com a maior ênfase (o incesto) deve ser algo que é desejado".⁽³⁾

Assim, para toda lei há um desejo que lhe contrapõe. Podemos dizer, por exemplo, que os crimes proibidos pela lei são aqueles que muitos homens têm propensão natural de cometê-los. Caso contrário, qual seria a razão de proibi-los? É o mesmo que dizer como o jurista italiano Giorgio Del Vecchio: São interdependentes e complementares as noções de Direito e Torto. Por muito que pareça extraordinário, o Direito é essencialmente violável - e existe por graça de sua violabilidade. Se fosse impossível o torto, desnecessário seria o Direito. (4) O sentido desta violabilidade assenta-se precisamente na necessidade de distinguir as ações justas e injustas, o moral do a-moral, o ÉTICO do AÉTICO.

A moral e o Direito mudam quando muda historicamente o conteúdo de sua função social. Por isto estas formas de comportamento humano

têm caráter histórico. Portanto, varia a moral de uma época para outra ou de uma sociedade para outra, como também o Direito. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade.

A regulação jurídica da CONDUTA ÉTICA é muito diferente daquela dos atos da vida civil, mais facilmente passíveis desta regulação. Quando se trata especificamente de conduta ética profissional, esta instrumentalização apresenta-se ainda mais complexa. É algo arriscado, pois esta não passa apenas pelo normativo. Ela existe antes e acima do código escrito e não é este instrumento que a instituirá. O indivíduo, antes de ter uma ética ou seguir uma conduta ética, por escrito, é preciso que seja um SER ÉTICO. Apesar disto, precisamos de um referencial objetivo desta Conduta Ética, embora possa às vezes até parecer paradoxal.

E assim foi feito. Logo após a instituição da Psicologia no Brasil, elaborou-se um código de ética. Com o desenvolver da história, sofreu alterações. Hoje está traduzido pela Revolução do Conselho Federal de Psicologia, sob o n.º 002/87.

Neste momento (1993/94), a Psicologia vive mudanças. Está se repensando a profissão instituída com um corpo de normas. A isto nomeou-se de processo Constituinte, isto é, aquilo que se fará para *constituir* uma nova lei sobre a profissão. No cerne de tudo isto estará exatamente a elaboração de um novo código de ética. Não que a ética tenha mudado, mas mudaram aspectos da profissão que advêm de sua própria evolução. Afinal o que é Psicologia hoje?

A ética perpassa toda a profissão e hoje ela não está como ontem. Esta reformulação do código de ética profissional virá responder uma outra realidade.

Se o humano não pudesse repensar suas coisas, se não estivesse sujeito ao erro, não haveria sequer necessidade de discutir o que é ÉTICA, apenas seríamos. Não haveria o torto, e portanto, o direito, e muito menos necessidade de leis jurídicas.

O re-pensar a Psicologia e, conseqüentemente, o código de ética (enquanto referencial de objetividade) é a demonstração disto. Talvez não se perceba a singularidade do código de ética dos psicólogos porque o próprio tratamento psicológico terapêutico se conduz por uma ética e para uma ética. Em outras palavras e lembrando Lacan, não há clínica sem ética, pois a direção do tratamento é sempre indicada pela ética, do desejo e do inconsciente.

BIBLIOGRAFIA

1 - MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*, Trad. Gabriela de Andrade D. Barbosa, vol. I, Ed. S.A., São Paulo, 1960, p. 9.

2 - CUNHA PEREIRA, Rodrigo. *A Lei do Pai e o Fundamento da Lei*. Monografia elaborada para o Curso de Mestrado da UFMG, 1992. Mimeo.

3 - FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Trad. de Orizon Carneiro. In *Totem e Tabu*, vol. XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1969, p. 91-92.

4 - DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*, vol. I. Trad. Antônio José Brandão. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1959, p. 73.

Rodrigo da Cunha Pereira

Assessor Jurídico do CRP-04